

ATA 218ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2  
3 Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil dezesseis, às nove horas, na plenária do 3º  
4 andar da Casa de Direitos – MG, realizou-se a ducentésima oitava Plenária Ordinária do CEAS,  
5 coordenada pela – Presidente Simone Albuquerque, onde estavam presentes os seguintes  
6 conselheiros titulares: Rodrigo dos Santos - ASSPROM, Geisiane Lima - CÂRITAS, Luiz George  
7 M. da Trindade – CMAS/LAGOA SANTA, Volney Costa – PSIND, Silvana Campos – SEE, Soyla R.  
8 S. Pereira – CMAS/PARACATU, Rosilene Aparecida Tavares – CRESS, Lúcia Elena Santos J.  
9 Rodrigues – COGEMAS, Cristiane Isabel Felipe- IMSNS, Josiany Vieira de Souza –  
10 ACONESQUISTAC, Maira Colares -SEDESE, Wilson Sales- SEF, Dayana Cristina Lourenço de  
11 Assis - CMAS/JF e Maria Juanita G. Pimenta-FEAPAES-MG. Dos conselheiros suplentes: Isabela  
12 de V. Teixeira – SEDESE, Maria Pascoa Andrade – COGEMAS, Marta Maria V. Castro da Silva –  
13 SEDESE, Helder Augusto Diniz Silva - CMAS/PEDRO LEOPOLDO, Sandra Regina Ferreira  
14 Barbosa-SINTIBREF, Isac dos Santos Lopes –ASQUIS, William de Souza Franco- COMUNIDADE  
15 QUILOMBOLA MARQUES, Rodrigo Silveira e Souza-CMAS NL, Daniel Reis Aprígio-SSUP, Érica  
16 Andrade – CRP, Roseane Cristina dos Santo-FENEIS, Arlete Alves de Almeida- MOVIMENTO DO  
17 GRAAL NO BRASIL, Maria do Carmo Brandão V. Vilas- CMAS LEOPOLDINA, Edna Dias  
18 Bragança-A.S.MG e Fabricia F.Mateus- SEAPA. E dos membros da Secretaria Executiva:  
19 Consolação Cifani da Conceição, Adelmira Cerqueira, Regina Caldeira, Vera Lucia, Rosalice  
20 Tassar, Claudia, Raquel, Ângelo, Leonardo Lobato e Mисley. A plenária teve início com a fala da  
21 Presidente. **SIMONE:** Bom dia conselheiros (as). Eu quero cumprimentar a todos os conselheiros,  
22 cumprimentar a nossa secretária executiva, Consolação, e todos os membros da secretaria  
23 executiva. Quero cumprimentar também as pessoas que acompanham aqui a nossa reunião. Muito  
24 obrigada pela presença da nossa querida Isabel, do CAO. Quero cumprimentar o Antônio Carlos,  
25 da Sociedade São Vicente de Paula de Sabará, também muito obrigada pela presença. Quero  
26 cumprimentar o Bruno, da ALMG, muito obrigada pela presença. Quero cumprimentar a nossa vice-  
27 presidente, Geise. Espero que hoje a gente tenha uma ótima reunião. Essa é a nossa última reunião  
28 do ano. Hoje é um dia festivo pra nós, afinal de contas, nós discutimos bastante esse ano, fizemos  
29 muitas coisas. Conseguimos, enfim, compor todas as vagas de titulares e suplentes no Conselho  
30 Estadual de Assistência Social. Isso é uma vitória nossa. Eu acho que a gente foi aprimorando o  
31 desenho. Eu acho que a gente acertou aí no final, né? Então, é um prazer enorme tê-los aqui, todos.  
32 Eu também vou passar para a nossa vice-presidente para que ela possa também cumprimentar  
33 aqui os nossos conselheiros. **GEISIANE:** Bom dia a todos (as). Como a Simone disse, é uma alegria  
34 encerrarmos esse ciclo importante das plenárias do CEAS no ano de 2016. Quero dar boas-vindas,  
35 sejamos todos bem-vindos. Uma boas-vindas especial aos que tomaram posse hoje. Sejam muito  
36 bem-vindos. É uma alegria para nós do Conselho tê-los aqui conosco. E já quero desejar que no  
37 ano de 2017 estejamos ainda mais fortalecidos para a luta que nos espera. Nenhum direito a  
38 menos! Bom dia a todos. **SIMONE:** Muito bem, Geise. Obrigada. Eu vou passar para a nossa  
39 secretária executiva para que ela possa proceder a justificativa de ausência. **CONSOLAÇÃO:** Bom  
40 dia a todos (as). Justificaram a ausência: Raquel Francisca. Ela representa CMAS/São Francisco  
41 de Paula. Foi por motivo de trabalho; O William dos Santos França, do CMAS/Belo Horizonte,  
42 também por motivo de trabalho, que é o seminário de conselheiros aqui da região de BH. **SIMONE:**  
43 Muito obrigada, Consolação. Não foi informado aqui, mas a conselheira Soyla acordou com um  
44 pouco de indisposição. Ela está tentando se recuperar para poder vim à nossa reunião. Agora nós  
45 vamos proceder... **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Pois não! **SILVANA:** Eu queria justificar uma  
46 ausência de ontem. Infelizmente a Marta não está aqui, mas eu queria inclusive pedir desculpas  
47 para ela. Eu acho que eu fui inclusive mal educada com ela. Eu esse ano fiz uma opção por não ter  
48 celular. Hoje eu acabei de ver que vou ter que rever isso. Eu fiquei na cabeça com aquela coisa  
49 que não tinha reunião de comissão ontem. E aí a Marta ontem me mandou um e-mail dizendo que  
50 o almoço de confraternização hoje estava condicionado ao pagamento de R\$ 30,00 e que deveria  
51 ter sido feito ontem no CEAS. Eu respondi pra ela: “eu não trabalho no CEAS, eu trabalho na cidade  
52 administrativa. Se tiver outra forma de eu passar esse dinheiro pra você...” Eu pensei que não ia  
53 ter a reunião de comissão ontem, eu não estava nem pensando nisso. Me parece que foi circulado  
54 por whatsapp e eu não tenho acesso. Então, eu peço desculpa para todo mundo. A Marta não está  
55 aqui, mas principalmente a ela, tá? **SIMONE:** Silvana, não seja mal educada! Compre um celular!  
56 Está bom? **RISOS. SILVANA:** Hoje eu acabei de descobrir isso, viu Simone! Hoje! **SIMONE:** Ai,  
57 ai! Bem, mais alguém? Então vamos agora proceder a posse dos novos conselheiros. Rodrigo

58 Silveira e Souza, 2º suplente, representante do CMAS/Nova Lima. Rodrigo seja muito bem-vindo  
59 ao Conselho Estadual de Assistência Social. Eu tenho certeza que você vai contribuir muito com o  
60 nosso Conselho pela experiência que você tem e também por ser presidente de CMAS. Eu acho  
61 que este Conselho ter muito mais pessoas que tenham experiência na área, principalmente da  
62 gestão municipal, melhor será para o Conselho. Por favor, gente, uma salva de palmas aí para o  
63 Rodrigo. APLAUSOS. **SIMONE:** Eu também quero cumprimentar e também dar as boas-vindas ao  
64 Daniel Reis Aprígio, 2º suplente, representante do Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da  
65 Sociedade São Vicente de Paula. Daniel seja muito bem-vindo aqui ao nosso Conselho Estadual.  
66 O Conselho está discutindo bastante o papel das entidades no SUAS. Você está chegando em um  
67 momento muito importante. O Conselho teve uma vitória importante que vai ser relatada aqui, para  
68 que a gente possa efetivar um programa estadual de apoio as entidades para que tenham  
69 condições de vincular-se e integrar-se ao SUAS. Então Daniel, seja muito bem-vindo. Uma salva  
70 de palmas, por favor, para o Daniel. APLAUSOS. **SIMONE:** Também é muito importante aqui a  
71 presença da Arlete Alves de Almeida, 3º suplente, representando o movimento do Graal no Brasil.  
72 Seja muito bem-vinda. É uma honra para o nosso Conselho tê-la como conselheira. O movimento  
73 Graal ele tem um papel importante na luta das mulheres no Estado de Minas Gerais e no Brasil. Eu  
74 tenho certeza Arlete que o movimento e a sua presença aqui contribuirá muito pra gente ter um  
75 SUAS mais voltado também aos movimentos sociais e as suas reivindicações. Então, por favor,  
76 eu peço uma salva de palmas para a nossa querida Arlete. APLAUSOS. **SIMONE:** A Edna está  
77 aqui? Não, né? Quando ela chegar a gente da posse para ela. É com muito prazer que eu quero  
78 anunciar aqui à presença e também dar boas-vindas a ex-subsecretária de assistência social da  
79 SEDESE, a Maria Juanita. Nesse Conselho ela vem representar, como 2º titular, a Federação das  
80 APAES no Estado de Minas Gerais. Muito obrigada Juanita por você estar aqui e por representar a  
81 Federação das APAES. Eu já disse isso aqui outras vezes, eu acho que a sua presença aqui, a  
82 experiência que você tem... A Federação que você representa tem que uma luta importante não só  
83 pela assistência social, mas eu acho pela garantia dos direitos na luta do movimento das pessoas  
84 com deficiência principalmente. Muito obrigada, viu? Seja muito bem-vinda aqui entre nós. Uma  
85 salva de palmas pra ela também. APLAUSOS. **SIMONE:** Bem, agora que os senhores estão todos  
86 empossados, quero dizer que o Conselho Estadual convoca os titulares e suplentes para participar  
87 das comissões. A gente está fazendo na quinta-feira normalmente uma reunião do governo e da  
88 sociedade civil. Vocês que estão chegando como membros da sociedade civil deverão se incorporar  
89 também as nossas comissões. Todos nós participamos das comissões. São nas comissões que  
90 nós debruçamos e aprimoramos o debate para trazer para o pleno aqui do Conselho Estadual.  
91 Então, com certeza, vocês já serão convocados para a nossa próxima reunião. A reunião da  
92 sociedade civil geralmente é conduzida pela nossa vice-presidente. Ela colocará aos senhores  
93 todas as vagas das comissões, aonde que precisa de representação, aonde não precisa de  
94 representação ou onde vocês desejam participar. Claro que também vai do interesse da entidade  
95 do conselheiro. Os conselheiros novos querem falar? Querem? Está bom. Vamos para apreciação  
96 da pauta. Nós vamos ter o informe sobre o PPAG, com a assessoria do dep. André Quintão; nós  
97 vamos ter o informe da CIB, feito pela conselheira Páscoa; o informe do COGEMAS, feito pela  
98 conselheira Lúcia; a conselheira Páscoa também fará o informe da reunião descentralizada do  
99 CNAS; também terão os informes da SEDESE; os informes da Frente Mineira de Defesa do SUAS;  
100 também o conselheiro Rodrigo, o conselheiro Volney, a conselheira Soyla, o conselheiro Helder e  
101 a conselheira Raquel farão o informe.. Senão todos, pelo menos alguns deles, né? Sobre o I  
102 Seminário do Fórum Interconselhos; a nossa secretária executiva fará o informe da mesa diretora;  
103 nós também teremos o informe da nossa secretária executiva sobre a reunião trimestral do CNAS  
104 com os CEAS. Nesse ponto de pauta eu quero saber se mais algum conselheiro quer dar um  
105 informe. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Você anota aí pra mim Consolação, por favor? Conselheira  
106 Maria do Carmo, conselheiro Volney, mais alguém gente? Ok. Depois nós vamos discutir a  
107 convocação da 12ª conferência estadual de assistência social; o plano decenal; a indicação de  
108 representante para reunião da comissão de políticas do CEDCA para tratar sobre a revisão dos  
109 parâmetros do acolhimento familiar e institucional de crianças e adolescentes e do Plano Estadual  
110 de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e  
111 Comunitária de Minas Gerais; depois nós faremos uma discussão sobre a sugestão de troca de  
112 representação para o grupo de monitoramento do TAC relativo à UHE Candonga; aí depois serão  
113 as comissões temáticas. Todas as comissões temáticas farão o relato? Comissão de política e de  
114 financiamento é conjunto. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Então todas têm. VOZ AO FUNDO.

115 **SIMONE:** Entendi. Então nós teremos três relatos: a reunião conjunta da comissão de  
116 financiamento e de política, o relato da comissão de apoio aos Conselhos e relato da comissão de  
117 normas ok? A conselheira Edna chegou? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Bem, eu quero dizer a você  
118 conselheira Edna que seja muito bem-vinda ao nosso Conselho Estadual. Eu acho que trazer a  
119 representação aqui do movimento das pessoas com deficiência auditiva vai ser bastante importante  
120 aqui para o nosso Conselho. Por tanto, sinta-se muito bem-vinda. Nós estamos a disposição. Eu  
121 peço aos conselheiros uma salva de palmas para a nova conselheira. APLAUSOS. Muito obrigada.  
122 **SIMONE:** A conselheira Soyla também chegou. Muito bem-vinda. Conselheira Marta, conselheira  
123 Maíra... Sejam todas muito bem-vindas. Então eu vou passar para os informes. Para gente começar  
124 bem os informes, eu quero chamar o Bruno, que vai proferir os informes acerca do PPAG. Muito  
125 bem-vindo Bruno. **BRUNO:** Bom dia a todos (as). Eu quero primeiramente cumprimentar os novos  
126 (as) conselheiros (as) que tomam posse hoje no Conselho. O Conselho é muito combatido, né? Essa  
127 é última plenária e temos resultados muito positivos. A mesa está cheia, o pleno está cheio, né?  
128 Isso mostra a responsabilidade com o controle social que Minas têm hoje. Eu trouxe aqui os  
129 informes. Na última quarta-feira foi aprovado o orçamento do Estado. O PPAG foi aprovado. Minas  
130 Gerais tem uma particularidade, porque o orçamento é revisado todos os anos com a participação  
131 popular. Então é um processo que o gestor apresenta os resultados, o balanço da gestão, e podem  
132 ser feitas emendas com o orçamento do ano seguinte. Então é apresentando o balanço da gestão  
133 e a previsão para o ano seguinte. Nesse processo envolve a participação popular, é uma  
134 particularidade do orçamento de Minas Gerais. Durante o processo de revisão do orçamento, o  
135 executivo apresenta a proposta para o legislativo, que vai revisar e fazer algumas alterações. Nesse  
136 processo o CEAS construiu uma articulação junto com outros segmentos da sociedade civil: Fórum  
137 de Entidades, Frente Mineira, Conselhos de categoria, no sentido de ampliar a oferta do orçamento  
138 para as temáticas que a gente teve que definir como prioritárias. Lembrando que o orçamento do  
139 Estado esse ano foi um orçamento difícil por causa da crise fiscal, mas o processo de articulação  
140 de realizado aqui pelo CEAS foi bastante positivo. Então, em termos de números, eu vou apresentar  
141 aqui o geral da SEDESE com um aporte de quase R\$ 3 milhões. Eu vou explicar uma parte do  
142 socioeducativo, que não é emenda popular, mas é uma questão do processo interno lá. Esse ano  
143 o André está como membro na FFO – Fiscalização Financeira Orçamentária. Ele foi o relator do  
144 PPAG. Então para a estruturação da rede socioassistencial só tinha uma janela de orçamento. O  
145 orçamento aprovado foi de R\$ 924.278,00 (novecentos e vinte quatro mil duzentos e setenta e oito  
146 reais). Quase R\$1 milhão para a estruturação da rede. Foi uma discussão que a gente fez muito  
147 profundamente no sentido de prioridade, tendo em vista que a rede socioassistencial do Estado é  
148 a segunda maior do país. Era mais do que necessário que a SEDESE tivesse programas sendo  
149 estruturados e sendo montados. E também que a gente fizesse aporte de recurso nesse sentido,  
150 para garantir que no ano que vem a gente uma atenção especial para as entidades. Para a  
151 estruturação das políticas de meio aberto é importante dizer que, o meio aberto está vindo da SEDS,  
152 ele sai da segurança pública e já está na SEDESE, não é Simone? Ele vai ser tratado dentro do  
153 SUAS. É um avanço extremamente importante, né? Muda-se a lógica, muda-se a metodologia. O  
154 orçamento fechou em R\$ 300 mil. Houve um aporte nesse sentido também. A gente sabe da  
155 importância das medidas do meio aberto no sentido de metodologia, de estar no âmbito do SUAS...  
156 Que é o que a política preconiza. Eu vou trazer mais três dados aqui que não são especificamente  
157 da assistência, mas são em termos de orçamento que faz algum tipo de interface: a comercialização  
158 das feiras e dos pontos fixos da economia solidária teve um orçamento aprovado em R\$ 500 mil; o  
159 combate à pobreza no apoio da reforma agrária na comercialização dos produtos, assentamentos  
160 e acampamentos fechou um orçamento em R\$ 800 mil; um projeto que estava na SEDPAC, que é  
161 o protagonismo LGBT, fechou o orçamento com R\$ 200 mil. Ele vai ter como foco a assistência  
162 social e a empregabilidade. A gente está debatendo muito essas questões aí. No socioeducativo  
163 tem uma questão particular, gente. O Estado tem um gargalo com oferta de vagas para a semi-  
164 liberdade. Há uma tendência estrutural de opção pelo meio fechado por causa da oferta da vaga.  
165 O Estado tem um grupo de trabalho que está discutindo a reestruturação das medidas  
166 socioeducativas em todos os âmbitos. A SEDESE compõe esse grupo de trabalho. Com essa  
167 questão do gargalo, houve uma articulação conduzida pelo André com o governo e com o MP. Não  
168 é uma emenda de comissão, não é do processo de participação, mas é de um processo de  
169 articulação de R\$ 21 milhões, para que a gente rompa o gargalo nas vagas de medida de semi-  
170 liberdade e internação. Frente de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente está  
171 acompanhando as discussões. A grande pauta é a baixa oferta nas casas de semi-liberdade. Então

172 os atos infracionais menos gravosos que poderia haver a aplicação de media de semi-liberdade  
173 estão sendo conduzidos para a internação. Então existe uma preocupação nesse sentido. Como  
174 fruto dessa articulação, houve um aporte de recurso de R\$ 21 milhões. Então, eu acho que a gente  
175 sai com um saldo positivo processo de revisão orçamentária. Foi aprovado na última quarta-feira.  
176 E, mais uma vez eu quero parabenizar ao CEAS, ao segmento da sociedade civil, que tiveram  
177 participando prontamente da discussão. Eu queria saber se alguém tem alguma dúvida. **VOLNEY:**  
178 Bom dia. Eu queria colocar para o plenário aqui se é possível na próxima plenária ser apresentado  
179 o que a SEDESE enviou para a ALMG e o que foi aprovado, pra gente fazer um comparativo e  
180 agente visualizar. O que foi falado aqui hoje eu confesso que eu não me lembro dos números  
181 apresentados. Eu acho que é interessante a gente fazer esse comparativo do quê que a SEDESE  
182 mandou e o que foi aprovado. Eu queria colocar isso em discussão. **SILVANA:** Bruno, eu não  
183 entendi bem o gargalo que você disse que existe no sistema. O sistema fechado tem mais vaga  
184 que o aberto? **BRUNO:** Na verdade não é uma questão de mais vagas, é uma questão da oferta.  
185 A gente tem pouca oferta na casa de semiliberdade. Proporcionalmente os valores destinados ao  
186 meio fechado crescem de forma diferenciada da semiliberdade, o que aumenta a oferta do sistema  
187 fechado. Então, muitas das vezes as medidas que poderiam ser de semiliberdade, atos infracionais  
188 menos gravosos, é aplicada a internação por causa da não oferta da semiliberdade. A pauta que o  
189 movimento da criança tem apresentado no sentido da oferta da semiliberdade é no aumento no  
190 número de vagas, para que a gente possa equalizar um pouco o sistema. **SILVANA:** O sistema é  
191 meio perverso, né? A liberdade inclusive vai ser mais barata a vaga do que no sistema fechado.  
192 **BRUNO:** É. A semiliberdade no Estado ela é ofertada via convênio. Eu não sei em termos de valores  
193 se é mais barata ou não, mas ela demanda uma estrutura diferenciada. A gente sabe que a  
194 semiliberdade tem um processo metodológico diferente. Então há uma tentativa de equalizar a  
195 oferta de vagas. A gente sabe que a internação ela não é a mais adequada, dependendo da  
196 situação. É por isso que tem um crescimento inverso no sentido de oferta de vagas, principalmente  
197 nos territórios. Às vezes um território que tem internação não tem a semiliberdade, por isso há uma  
198 tentativa para um aporte de recurso para que a gente resolva essa questão. É mais rápida a  
199 implantação da semiliberdade do que do centro socioeducativo. **SIMONE:** Gente, por favor, vamos  
200 ater aqui ao debate do PPAG. Se as pessoas quiserem pautar as questões afetas as ações do  
201 PPAG, eu acho que é extremamente importante que a gente o faça. Agora é a Isabela? **ISABELA:**  
202 É só para esclarecimento mesmo em cima do comentário do Volney. A gente já fez uma  
203 apresentação na reunião da comissão de orçamento do que foi aprovado aqui no Conselho e quê  
204 que o governo do Estado tinha encaminhado para a ALMG, fazendo este comparativo justamente  
205 no momento da discussão das emendas, para embasar os conselheiros e os outros membros da  
206 sociedade civil para construção das emendas. Todo o início de ano a comissão de orçamento  
207 discute sobre a LOA que foi aprovada. Então isso é de praxe, vai acontecer. **SANDRA:** Bom dia a  
208 todos. Primeiro eu quero relatar que foi muito importante a nossa reunião extraordinária aqui para  
209 trabalhar a questão das propostas. A gente percebe que foi um processo muito participativo, muito  
210 interessante. O que o Volney traz também é importante. A gente sabe que está uma discussão em  
211 torno do orçamento, são várias as necessidades. Mas também, eu não me lembro dos valores.  
212 Seria bom a gente visualizar. Eu acredito que esse seja um ponto estratégico para a gente ver a  
213 nossa força, né? A nossa força da assistência social de como que está sendo visto isso dentro das  
214 outras políticas. A gente sabe que tudo é importante, que tudo necessita muito de recurso. Nós  
215 estamos em um momento de muita crise. O aporte das medidas socioeducativas em meio aberto...  
216 Eu falo novamente, já falei na plenária passada, mas como aqui tem novos conselheiros, na quinta-  
217 feira após essa reunião teve a plenária do CONANDA. Eu já tinha levado para eles, já tinha  
218 mostrado. Lá estava no momento de avaliação do SINASE, inclusive eu vou participar da comissão  
219 lá do CONANDA. O Brasil todo estava lá relatando a situação que está os centros de internação e  
220 aclamando para todos os Estados e municípios trabalharem com muita ênfase nas medidas  
221 socioeducativas em meio aberto. Eu também quero falar que participei representando o Conselho  
222 na primeira reunião que aconteceu na SEDESE com a Frente de Defesa, com o MP e vários  
223 segmentos. Simone, eu já falei isso na plenária de terça-feira, que Minas Gerais já teve a primeira  
224 reunião e que a SEDESE chamou vários segmentos para trabalhar os parâmetros, criar a  
225 metodologia, no sentido de aprimorar essas medidas. A gente está levando tudo o que é de êxito.  
226 A gente fala das dificuldades e dos êxitos que estão acontecendo em Minas Gerais. É isso.  
227 **SIMONE:** Tem mais alguém inscrito? Pois não, Rodrigo. **RODRIGO DOS SANTOS:** Eu queria falar  
228 como que foi a construção coletiva e agradecer a todos pelo comprometimento em função de um

229 bem comum. Foi muito legal. Que isso sirva para as próximas reuniões nossas e para as próximas  
230 estratégias. Então, o melhor de vocês estava lá. Eu já tinha falado isso, né? Simone, você foi  
231 fundamental. Espero que o Bruno leve lá para o deputado que nós estamos com ele. Foi muito  
232 bacana o que foi feito lá por todos. Obrigado. **SIMONE:** Eu quero agradecer ao Conselho Estadual.  
233 Eu acho o Conselho teve um papel muito importante pra gente conquistar mais recurso pra gente  
234 repor o nosso orçamento. Eu concordo plenamente com solicitação do Volney e da Sandra. Nem  
235 eu mesmo sei ainda, viu Volney? Foi só na semana passada que fechou o PPAG. Então eu também  
236 não tenho condições de falar com vocês como que ficou. Eu acho que nem oficialmente ainda  
237 chegou pra nós lá. Mas de qualquer forma, mesmo que a gente ainda não tenha a noção do  
238 tamanho do orçamento do ano que vem. Uma coisa eu acho que é importante a gente ressaltar  
239 aqui. Primeiro, que nós vamos poder começar o programa de apoio as entidades. Eu acho que é  
240 bem bacana, não é? A gente já tem que começar no ano que vem com esse debate. Eu acho que  
241 é uma vitória importante. Eu lembro quando a gente começou naquela reunião extraordinária. A  
242 Sandra lembrou bem, a gente fez uma reunião no dia da reunião ampliada do CNAS. Nós ficamos  
243 lá na UTRAMIG de tarde. Eu me lembro que falei com as entidades que nós vamos batalhar e que  
244 isso vai virar prioridade. Eu também quero agradecer muito ao MP. Foi um compromisso nosso.  
245 Era um compromisso do Conselho Estadual que nós incluíssemos no nosso orçamento as metas  
246 do plano decenal socioeducativo, não é Bruno? Houve uma grande discussão nossa pra gente  
247 priorizar as medidas de meio aberto e as medidas de meio fechado. Todas as duas são muito  
248 importantes. Eu acho que esse processo realmente merece um registro depois como memória  
249 nossa do Conselho, porque foi muito importante a nossa participação. E é claro, não é gente? O  
250 movimento da assessoria do dep. André. Eu quero agradecer muito a você, viu Bruno? A Ana, ao  
251 André... Eu quero agradecer de fato. Eu acho que foi uma conjunção de esforços muito importante  
252 para recuperação do nosso orçamento. Muito obrigado, viu Bruno? Seja muito sempre bem-vindo  
253 aqui no pleno do nosso Conselho. **BRUNO:** Gente, eu até poderia ter trago essa informação  
254 anterior, mas foi a questão do tempo mesmo. Eu cheguei essa madrugada de viagem, quase que  
255 direto. Na estruturação da rede eu me lembro de que a gente já tinha uma janela de R\$ 10 mil.  
256 Então o orçamento foi todo recomposto em termo da estruturação da rede, que foi uma prioridade  
257 construída. No gabinete a gente teve que reconstruir prioridades em termos de orçamento. Então,  
258 por isso, o resultado foi tão positivo no sentido do aporte de recurso. Na SEDESE foram aportados  
259 quase R\$ 3 milhões. Esse R\$ 21 milhões da medida socioeducativa é um recurso que sai do piso  
260 anual, não é um recurso novo. A gente está a disposição para continuar o trabalho com vocês.  
261 Quero desejar um bom final de ano hoje nessa última plenária. Muito obrigado. **SIMONE:** Eu vou  
262 pedir a conselheira Páscoa para ela proferir os informes da CIB. **PÁSCOA:** Bom dia a todos. Bem-  
263 vindos novos conselheiros. A reunião da CIB aconteceu no dia 13/12, na cidade administrativa. A  
264 abertura foi feita pela Simone Albuquerque. Teve a apresentação para a pactuação dos parâmetros  
265 estaduais para o registro das informações relativa a ocorrência de situação e violência no SUAS.  
266 Foi um grande debate, um debate muito rico. Vários gestores municipais participaram. E aí foi  
267 pactuada. Em breve os senhores terão a oportunidade de apreciar a minuta de resolução. Outro  
268 ponto discutido foi a infância no SUAS. Foi também apresentado pela Simone Albuquerque, que  
269 apresentou uma minuta de resolução para regulamentação do 1ª Infância no Estado de Minas  
270 Gerais. Foi também uma apresentação muito rica. Foi um debate amplo. Primeiro apresentou a  
271 resolução e os critérios da resolução do CNAS. Em seguida essa minuta de resolução. O terceiro  
272 tema discutido foi a apresentação feita pela Maíra, gente, desculpa. A primeira apresentação foi  
273 feita pela Isabela e o Jaime, da SEDESE, que são os parâmetros estaduais para o registro das  
274 informações relativas as ocorrências de situação de violência no SUAS. E a orientações para a  
275 implementação da MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Foi  
276 apresentado um documento com a apresentação feita pela Maíra. Também foi um amplo debate.  
277 Estava presente também a equipe técnica da SEDESE em relação à MROSC. Os informes da  
278 SEDESE devido ao horário ficaram para serem realizados no COGEMAS, e foi realizado lá. O  
279 informe do COGEMAS foi o relato da Júlia Restori sobre a pactuação do programa Criança Feliz,  
280 atualmente o 1º Infância no SUAS. O relato foi feito pela Júlia Restori que participou da CIT. É só  
281 para o momento. **SIMONE:** Obrigada conselheira Páscoa. Agora eu vou passar para a conselheira  
282 Lúcia para que ela possa proferir os informes do COGEMAS. **LÚCIA:** Bom dia a todos (as). Bem-  
283 vindos nossos novos membros do Conselho. O COGEMAS se reuniu na quarta-feira dessa semana,  
284 em um momento importante na organização do Colegiado. Ocorreram as eleições municipais, então  
285 nós teremos, obviamente, uma troca da mesa diretora do COGEMAS. Vale ressaltar que alguns

286 secretários que iram tomar posse já vieram acompanhar a reunião do COGEMAS esse mês,  
287 demonstrando o interesse e a importância do Colegiado. Isso é muito bom, porque o Colegiado tem  
288 realmente um papel importante no ponto de vista da articulação da política. A pauta tratou a questão  
289 da transição. A próxima reunião do Colegiado se dará em fevereiro. E ficou deliberado pelo pleno  
290 presente nessa reunião de quarta-feira que essa diretoria se mantenha para fazer a transição até  
291 fevereiro. Não só a diretoria, mas as representações ficam mantidas até a primeira reunião do  
292 Colegiado, que se dará em fevereiro. O outro tema que foi mais uma vez tratado no COGEMAS  
293 foram os parâmetros para as parcerias no SUAS a luz da MROSC. É uma discussão ainda tem  
294 questões novas. Nós tivemos uma nova resolução do CNAS. Então essa foi uma discussão tratada  
295 no COGEMAS. O outro tema que foi tratado foi acerca dos termos de aceite liberados para o  
296 programa Criança Feliz. E também, ao pleno do COGEMAS foi apresentado pela Ana Conegundes  
297 o balanço do orçamento da SEDESE e da revisão do PPAG. A conclusão que ficou pelos membros  
298 do Colegiado é que houve um avanço importantíssimo na forma de deliberar sobre o orçamento e  
299 no atendimento as demandas da área da assistência social. Foi ressaltado muito o papel tanto do  
300 CEAS, quanto o papel do COGEMAS, nesse processo de articulação para ampliação do orçamento.  
301 Nós estamos lidando com isso há muito tempo, a respeito da exiguidade ainda do nosso  
302 orçamento em face às demandas que nós temos. Mas estamos no bom caminho. Foi feita uma  
303 avaliação de um aporte de recurso importante nesses últimos dois anos. Basicamente é isso. Em  
304 fevereiro, novas notícias do COGEMAS serão com certeza trazidas a este Conselho. **SIMONE:**  
305 Muito obrigada, Lúcia. Eu vou passar de novo para a nossa querida conselheira Páscoa, pra que  
306 ela possa nos informar da reunião descentralizada do CNAS, onde ela participou representando o  
307 CEAS. **PÁSCOA:** Eu participei da reunião descentralizada em Belém do Pará. No primeiro dia foi  
308 o credenciamento e depois a abertura. A abertura foi muito acolhedora, com apresentações  
309 artísticas do Pará. Foi muito bacana. Houve apresentação de usuários de assistência social lá de  
310 Belém do Pará. Todos os participantes foram convidados a dançar o carimbó. Foi muito legal!  
311 Houve a apresentação da mesa do CNAS com a secretária nacional de assistência social, com o  
312 presidente do CNAS e outros representantes. Foi uma abertura simples. O governador de Belém  
313 do Pará fez vários elogios, várias manifestações de prestígio ao ministro do MDSA. O Fábio Bruni  
314 como sempre falando muito pouco. A secretária nacional disse o seguinte: “não vou falar agora.  
315 Terei outras oportunidades para está falando, para não comprometer o horário da apresentação do  
316 prof. Edival. Eu falei em outro momento.” Durante todo o evento ela não falou. Em seguida foi a  
317 palestra sobre o controle social na efetivação do plano decenal. Foi uma apresentação fantástica!  
318 O tempo todo o professor estava aguçando as pessoas para refletirem muito sobre o controle social.  
319 Ele fez uma palestra muito bem desenhada. Ele dividiu o controle social em todas as dimensões: a  
320 primeira de natureza política, que significa a sociedade dizendo ao governo o que precisa ser feito.  
321 Um exemplo é a execução do produto de nossas conferências e atender a demanda do plano  
322 decenal; a segunda dimensão ela já falou da natureza técnica, que consiste em examinar o grau  
323 de efetividade das nossas ações, o quê que as nossas ações tem mudado na vida das pessoas,  
324 quais os programa tem contribuído para o melhoramento da qualidade de vida, a estimativa de vida  
325 das pessoas. Ele disse que precisamos olhar o nosso fazer como pessoas que vislumbram o futuro.  
326 Ele disse também que nós temos que ter a consciência de que 68% dos municípios não tem recurso  
327 para executar as ações. “Estamos em um marasmo sim, podemos ampliar as nossas ações?  
328 Precisamos analisar se o Criança Feliz é mesmo uma iniciativa feliz? Ou Infeliz?” A terceira  
329 dimensão ele traz a natureza ética a respeito dos valores, se as ações governamentais estão em  
330 sintonia com a afirmação dos valores. Ele pediu atenção para que todos os conselheiros ali  
331 presentes analisassem as ações e as direções nacionais. E aí ele disse: “o Brasil não é um país  
332 pobre, mas um país injusto. O Brasil é uma das maiores economias do mundo. É um país rico! Mas  
333 o nosso povo é pobre.” Ele já tinha terminado, mas ele volta e fala: “cuidado! Vocês participantes  
334 das nossas próximas conferências, cuidado! Na próxima conferência poderão ser criados conselhos  
335 novos, poderá ser criado a comissão ou Conselho das primeiras damas na assistência social.” Ele  
336 foi aplaudido de pé. Ele é uma pessoa magnífica mesmo. Quanto ao debatedor, o Fábio Bruni como  
337 sempre estava “anestesiado”. E aí ele disse: “quanto ao Criança Feliz, não me sinto a vontade para  
338 debatê-lo. Sinto-me desconfortável porque estamos em pleno debate. Digo apenas que foi  
339 aprovado na CIT e vai para a aprovação na reunião do CNAS, no dia 14.” No segundo dia, nós  
340 tivemos as oficinas temáticas. A primeira oficina foi: benefícios e programas de transferências de  
341 renda – BPC e Bolsa Família; a 1ª Infância no SUAS; a MROSC; e a oficina de financiamento, a  
342 qual eu participei. Quando eu cheguei de um probleminha na minha inscrição e eu não pude

343 escolher, e só tinha vaga nessa. Foi uma orientação aos Conselhos de Assistência Social no  
344 acompanhamento da transição e dos encerramentos dos mandatos na gestão financeira dos  
345 municípios. Foi discutida também a deliberação de 100% dos recursos federais para o pagamento  
346 de pessoal. Isso foi com a Dulce Helena. Ela como sempre muito tranquila. Ela foi muito indagada  
347 sobre as questões dos repasses em atraso, dos repasses de 2015. Ela disse que o Ministério tem  
348 feito um esforço muito grande para está pagando as parcela de 2015 ainda em 2016. E no final,  
349 todos os coordenadores das oficinas levaram um pouco de tudo que foi debatido em cada oficina.  
350 E aí houve um grande debate também muito produtivo. Agora, no dia D, que foi no dia 24, foi a  
351 reunião do CNAS. Foi um evento bem bacana, sabe gente? Muito importante, com muita gente. A  
352 gente saía para almoçar e todo mundo estava falando. A gente estava acreditando que o programa  
353 Criança Feliz não seria aprovado. Então a gente foi com aquela expectativa que ia ser uma reunião  
354 no dia inteiro, com grande debate. O pessoal representante dos trabalhadores dos nossos  
355 Conselhos estava falando em fazer manifestação e fizeram. Eles fizeram manifestação silenciosa  
356 através de cartazes dizendo que os programas e serviços da assistência social tem que ser  
357 aprovados em conferências, pedindo a não aprovação do Criança Feliz... O tempo todo eles  
358 passavam com cartazes no meio, mas tudo muito silencioso. Aliais a reunião foi muito silenciosa.  
359 E aí quando abriu para aprovação, foi uma grande surpresa, todos os representantes das entidades  
360 votaram a favor da aprovação. E aí eu já comecei a tremer. Em seguida foram os representantes  
361 do governo que votaram a favor também. Quem fez a apresentação foi a Adriane. Ela é diretora da  
362 proteção básica. Ela é uma pessoa bem arrogante! O tempo todo ela estava enfatizando que o 1ª  
363 Infância no SUAS não era um programa da assistência social, que é um programa de governo. E  
364 que era simplesmente uma interface, uma intersectorialidade com a assistência social com a  
365 educação e com a saúde. Ela foi indagada pelos representantes da educação e da saúde. Ela disse  
366 que essa discussão seria em outro momento. E aí foi aprovado por treze votos a cinco. Esses cinco  
367 votos foram os nossos Conselhos, representante dos trabalhadores... Não houve debate, era só  
368 simplesmente a favor da aprovação o tempo todo. Às 11h já estava tudo aprovado: as duas  
369 resoluções e o critério de partilha para o Criança Feliz. Eu até fiz um resumo. Foi realizada que  
370 aprovou a instituição do programa 1ª Infância no SUAS e o critério de partilha para o financiamento  
371 federal o programa para o exercício de 2016/2017. O programa 1º infância no SUAS corresponde  
372 a participação da política de assistência social no programa Criança Feliz instituído pelo decreto  
373 8.869 de 2016. Todos os Estados foram elegíveis o cofinanciamento. Mais de três mil municípios  
374 estarão elegíveis conforme a resolução 20 do CNAS, que são os critérios. Outra resolução foi a  
375 resolução 21, do dia 24, que estabelece os critérios para celebração de parceria entre o órgão  
376 gestor da assistência social as organizações da sociedade civil no âmbito do SUAS. Foi muito  
377 importante para eu participar. Eu agradeço a comissão de apoio que aprovou a minha participação.  
378 Eu tiro disso tudo, o papel que a gente representa no SUAS, qual é o nosso dever? Aonde foi que  
379 nós paramos de lutar? Aonde que nós perdemos essa batalha? Aqui em Minas Gerais nós estamos  
380 na frente realmente, mas eu penso que nós, dos municípios, somos fracos ainda. Os nossos  
381 profissionais não tem vínculos, não tem concursos públicos, os nossos Conselhos ainda são  
382 inoperantes... Então eu penso que nós ainda estamos fracos para ganhar uma guerra. **SIMONE:**  
383 Eu quero agradecer a nossa conselheira Páscoa, sempre muito envolvida e comovida com o  
384 momento que nós estamos enfrentando. Mas é muito importante para o nosso Conselho ter uma  
385 conselheira tão combatida. Muito obrigada, Páscoa. **SANDRA:** Eu quero trazer os dados das  
386 entidades que votaram a favor desse programa. Eu quero trazer pra nós essa discussão aqui  
387 também. Nós custamos compor a vaga das entidades aqui neste Conselho. A gente deixa o espaço,  
388 mas depois também a gente não pode ficar reclamando e falando por aí. A gente sabe que tem  
389 muito trabalho mesmo. Nessa votação o representante do SINTIBREF e FENATIBREF estava lá,  
390 porque a gente tem representação no CNAS. A gente ficou muito triste com tudo isso o que  
391 aconteceu lá em Belém. Eu quero chamar a atenção que no dia 20 agora vai ter a plenária da  
392 eleição o processo da sociedade civil do CONANDA. Eu vou ficar sábado e domingo ligando para  
393 as trinta, sessenta, que se inscreveram lá, para votar. A gente tem que fazer isso! É igual à Páscoa  
394 disse, parece que nós estamos amarelando diante das coisas. A minha avó falava assim:  
395 “amarelou!” A gente está amarelando diante das coisas que estão acontecendo. A sociedade civil  
396 tem que trabalhar de manhã, de tarde e de noite mesmo! Então, quem souber de uma entidade que  
397 está indo para Brasília votar na sociedade civil do CONANDA no dia 20... A gente tem que ficar de  
398 olho! Então é só esse ponto, da dificuldade que está acontecendo aqui também. Como que a gente  
399 deixa o espaço vazio? Então, assim, é cada um levar para o seu segmento essa reflexão, porque

400 é isso que da o resultado. Tem que resistir, gente! Depois vamos sentar de novo, fazer outra roda  
401 de conversar e vamos pensar o que pode ser alterado. Mas de cara, esse bloco votar, a gente fica  
402 preocupado. Então quem souber de entidade que está indo para Brasília nessa terça-feira... Porque  
403 é a sociedade civil do CONANDA. Isso tem rebatimento direto na política da infância em nível  
404 nacional e que vai vim para o Estado e para o município. É só nesse sentido que eu falei. Obrigada.  
405 **SIMONE:** Gente, quem vai dar o relato da Frente Mineira em Defesa do SUAS? Qual é o  
406 conselheiro? Conselheiro Volney. **VOLNEY:** Ontem os companheiros da Frente se reuniram aqui.  
407 A gente tem sempre nos reunido na quinta-feira, pra gente aproveitar os conselheiros do interior  
408 que estão aqui, né? Nós estamos pensando em um seminário para fevereiro, para discutir  
409 exatamente esse programa que está sendo aprovado lá em Brasília. A gente está pensando em  
410 fazer um grande seminário em fevereiro exatamente para que todos possam fazer essa discussão.  
411 Se alguém que esteve aqui ontem quiser complementar, mas basicamente é isso. **ROSILENE:**  
412 Bem-vindos novos (as) conselheiros (as). Esse horário depois da reunião aqui foi estratégico para  
413 os conselheiros participarem. A gente até fez uma discussão ontem cansativa, mas é porque não  
414 vimos outra possibilidade em outro horário. Eu quero convidar os novos conselheiros e todos os  
415 conselheiros para participarem. Está meio esvaziada a participação dos conselheiros, mas é  
416 importante a gente ter esse esforço. Quanto mais participar, melhor. A gente vai conseguir mais  
417 forças para lutar contra o que está acontecendo aí. **SIMONE:** Muito obrigada. Agora, por favor,  
418 quem vai dar o informe do I Seminário do Fórum Interconselhos? Rodrigo. **RODRIGO DOS**  
419 **SANTOS:** O Seminário do Fórum Interconselhos aconteceu no dia 1º de dezembro, lá no Centro  
420 de Capacitação Celebrai. Lá estava: eu, a Soyla, o Volney, o Helder, a Raquel, o Léo Ladeira, o  
421 Léo Koury, a secretaria executiva representada pela Consolação. Nesses dois dias a gente teve:  
422 mesa de abertura e trabalho em grupo, visão geral dos debates, uma plenária para  
423 encaminhamento dos grupos, uma plenária final. A proposta do evento é a criação do marco  
424 regulatório de Conselhos de Políticas Públicas, pra que aconteça um nivelamento neste Estado,  
425 né? A gente percebeu lá, pelo menos este conselheiro, que as coisas estão bem avançadas. Tem  
426 Conselhos que precisam se organizar um pouco mais, tem Conselhos que já estão regulamentados,  
427 tem Conselhos que não estão. Também foi falado sobre o financiamento dos Conselhos, a  
428 metodologia do controle social, os processos formativos de educação permanente para os  
429 Conselhos, a articulação dos Conselhos Estaduais como outros fóruns de mecanismo de  
430 participação. Para os conselheiros que quiserem consultar, eu trouxe aqui o caderno deles. São  
431 contextos. No fim do caderno vem falando sobre o mapeamento que eles fizeram sobre a  
432 regulamentação dos Conselhos em Minas Gerais. Então aqui fala sobre o CEDCA, sobre o CEAS,  
433 fala sobre a saúde e sobre a educação. Eu só queria trazer isso para vocês. Eu queria também, se  
434 o pleno permitir, compartilhar com os outros conselheiros que estiveram presentes agradecer a  
435 secretaria executiva pelo apoio, né? Pelas as observações, o nosso Conselho tem andando bem.  
436 A gente está um pouco avançado perto do que foi apresentado lá de dificuldade de outros  
437 Conselhos. É isso. **SIMONE:** Obrigada, conselheiro Rodrigo. Conselheira Soyla. Melhorou?  
438 **SOYLA:** Bom dia. Estou mais ou menos. Senhores conselheiros, foi bem interessante o fórum. A  
439 metodologia utilizada foi muito legal, muito bacana. Deu para construir várias questões. A interação  
440 dos Conselhos Estaduais foi também muito bacana. Porém, eu tive um problema em uma das  
441 oficinas. O coordenador do grupo que nos foi apresentado ele me questionou por várias vezes que  
442 os trabalhadores se apresentavam como governo dentro do CEAS. Eu informei pra ele... Eu tenho  
443 que relatar isso porque foi difícil, sabe? Foi bem complicado isso. Eu relatei pra ele que não! Era  
444 sociedade civil. Ele falou que eu estava enganada. Ele agiu de forma grosseira comigo, foi bem  
445 agressivo mesmo! Eu tive que aumentar o tom de voz e tudo. Eu chamei a Consolação e ela me  
446 esclareceu. A gente já estava perdendo a paciência com o coordenador a ponto de todo o grupo se  
447 sentir indignado da forma com que ele estava me tratando. Ele queria se retirar da sala, porém a  
448 gente conseguiu contornar. Num segundo momento, eu voltei com o Helder, né Helder? Para o  
449 mesmo grupo que era para relatar a responsabilidade do marco regulatório dos Conselhos  
450 Estaduais. É bom dizer isso, porque senão a gente confunde com a MROSC, não é? O Helder  
451 também perdeu a paciência diante da forma agressiva que estava posto o assunto pra nós. Foi  
452 horrível! Mas assim, a interação, a metodologia, a plenária, tudo foi ótimo, alguma coisa tinha que  
453 salvar, não é? Então, foi bom, tá? Obrigada. **SIMONE:** Obrigada. Mais alguém? Eu vou passar  
454 então para a nossa secretária executiva. O relato dela é a participação dela na reunião ampliada  
455 do Conselho Nacional. **CONSOLAÇÃO:** Bom dia. Eu fui representando o Conselho Estadual nessa  
456 reunião trimestral do CNAS com os CEAS em virtude da impossibilidade de presença da presidente

457 como da vice, e do curto tempo pra gente ter uma representação. E aí, a presidente pediu que eu  
458 estivesse representando o Conselho. Foi no dia 12 de dezembro. A programação proposta era:  
459 uma fala da secretária nacional; informes da conferência; apresentação de sínteses de planos de  
460 trabalhos encaminhados pelos Conselhos; apresentação do ID Conselhos. Antes mesmo da  
461 reunião, o CEAS aqui de Minas fez uma proposta, aprovada pelo presidente, que a gente pudesse  
462 está apresentando o tema da PEC que se refere a alteração do art. 213, que é do BPC. A gente  
463 tinha feito o pedido para eles incluírem isso na pauta. Eles não incluíram e não deram retorno. E aí  
464 a gente já saiu daqui com a manifestação que vocês receberam. Então, quando chegou na reunião,  
465 eu tive a oportunidade de conversar com todos os CEAS do país que estavam presentes. Eu passei  
466 a proposta, todo mundo validou. E quando a gente estava nesse processo para que pedir um ponto  
467 de pauta, fomos surpreendidos de uma forma muito boa, muito calorosa, com a chegada da ex-  
468 secretária nacional Ieda de Castro, com a gestora do D, a Marli. E depois, com a secretária nacional  
469 Ana Lígia. A gente conversou muito com ela e também com os alunos do Instituto Pestalozzi que  
470 foram a reunião. Eles também foram nessa reunião pedindo uma pauta relativa a alteração do art.  
471 203. Quando houve a abertura, eu fiz a solicitação dessa inclusão de ponto de pauta, como já  
472 estava consensuado. O presidente do Conselho Nacional falou assim: “parece que já está tudo  
473 consensuado”, então ele acatou. Ele fez uma inversão para que a gente esperasse, a secretária  
474 nacional chegasse, para tratar deste assunto. Como estavam lá os usuários deste instituto, as ex-  
475 secretárias nacionais, que tinham outra agenda, a gente pediu que fosse feito isso na parte da  
476 manhã. A gente conseguiu, mas foi com muito esforço. A tendência era realmente encaminhar para  
477 a parte da tarde, eles não queriam escutar. Nós conseguimos isso depois da manifestação de uma  
478 conselheira usuária que defendeu a fala dos usuários do instituto que estavam lá que tinham que ir  
479 embora. Eles não poderiam esperar até depois do almoço, né? Eles não foram pra lá preparados  
480 para isso. Depois ela falou com a gente que ela sofreu até uma represaria por ter defendido o usuário  
481 no dia. Era simplesmente uma fala pedindo para alterar a pauta, né? Mas a gente conseguiu essa  
482 inclusão. O ponto alto da reunião neste aspecto, na parte da manhã, foi a fala dos usuários. Eles  
483 colocaram a manifestação, pediram apoio. Eles falaram do BPC. Houve uma fala de um usuário  
484 assim: “nada sobre nós sem nós!” Ele fala que esse é o lema deles e que tem que ser discutido  
485 isso. O pai desse aluno do instituto falou da necessidade, como que isso contribui para a família e  
486 que é realidade da maioria das pessoas que são públicos deste instituto. Em seguida, houve a  
487 leitura pela ex-secretária Ieda de uma carta, que vocês também receberam. É um manifesto das  
488 ex-secretárias nacionais de assistência social em relação a essa questão da alteração do art. 203.  
489 E aí foi com muita emoção lida carta, pedindo que o CNAS se posicionasse, falando de todo um  
490 contexto histórico. Foi colocado inclusive que a gestão é importante, mas os conselheiros tem que  
491 ter sensibilidade com os usuários, mais flexibilidade... E depois, foi falada toda a história da inclusão  
492 do BPC na Constituição. Foram lembrados casos específicos de pessoas que lutaram, dos usuários  
493 que estavam lá e como que foi conseguida essa emenda popular. Foi a única na Constituição  
494 relativa ao BPC. Elas estavam muito emocionadas em relação a isso. Emocionou todo mundo. Foi  
495 lindo o momento! Muito triste, porque chegar ao ponto de militantes... A gente vê que foram pessoas  
496 que foram lá pedir, que foram falar, e que são ex-secretárias nacionais, técnicas, professoras. Elas  
497 chegaram lá comovidas com isso, pedindo ao CNAS que cumprisse o seu papel. Então é uma coisa  
498 que a gente fica questionando, né? É obrigação manifestar em defesa da LOAS, do SUAS, sabe?  
499 Por uma questão de um benefício tão importante. As pessoas quase estavam pedindo pelo amor  
500 de Deus para se manifestem e não deixem acontecer. Eles não abriram para o debate em seguida,  
501 não deixaram. Eles falaram que tinham que esperar a secretária. Essa fala foi interrompida para a  
502 apresentação do ID Conselhos, que também foi questionado. Eles falaram que estavam sabendo  
503 do resultado naquele momento e depois que eles tratariam sobre isso. Foi apresentado um quadro  
504 mais nacional, não por região. Depois que a gente solicitou, eles mostraram um documento mais  
505 específico sobre os Conselhos. A secretária nacional chegou na parte da tarde. Ela falou do  
506 posicionamento do MDS em relação a essa proposta da PEC que se refere ao BPC. E ela leu uma  
507 nota pública da CIT. Foi um entendimento das pessoas que a nota técnica da CIT não representa  
508 a opinião do MDS. A CIT é uma comissão, tem outros atores. Não teve a manifestação então do  
509 MDS em relação a isso. A Nota foi lida. Em seguida teve o nosso manifesto, que foi aprovado na  
510 hora. Ao mesmo tempo, a presidente do Conselho do Piauí trouxe um manifesto das professoras  
511 Aldair e da Carmelita endereçado ao CNAS e a secretária nacional. Ela não foi lida em um primeiro  
512 momento. A gente que fez a solicitação que também fosse lida ali. Eles não entregaram a cópia pra  
513 gente no momento, a gente conseguiu depois. E, no final, houve a aprovação da nossa

514 manifestação, de que fosse encaminhado a todos os deputados, senadores, CMAS, Conselho  
515 Nacional do Idoso, Conselho da Pessoa com Deficiência, para que a gente pudesse fazer um  
516 grande movimento para retirada da proposta de alteração do art. 203 dessa PEC que refere ao  
517 BPC. A secretária nacional fez alguns informes do que estava acontecendo. Eu não vou entrar nisso  
518 porque é muito grande. Ela falou que vai visitar todos os Estados no próximo ano e que vai convidar  
519 os CEAS também. Uma crítica também colocada é que o CNAS não ficou o tempo inteiro. Ela falou  
520 que tinha uma agenda. Foi colocado que o CNAS tem que ficar atento as deliberações que se refere  
521 ao SUAS. Foi dito também a fragilidade dos Conselhos e o que os Estados estão fazendo para  
522 fortalecer os municípios. Muitos Estados estão fazendo muitas coisas, mas isso não foi ouvido. Foi  
523 falado de uma fragilidade, mas eles não escutaram a parte do Estado. Em relação ao informe da  
524 conferência, a convocação é a portaria 02, que vai ser projetada depois para vocês. O tema é:  
525 “garantia de direitos no fortalecimento do SUAS.” Todo mundo fala que isso é muito engraçado, né?  
526 Eles pensando no critério para o número de delegados ainda, analisando os aspectos de  
527 funcionamento dos Conselhos... Então, eles estão muito assim... Né? Como que o Conselho está  
528 funcionado e tal para eles poderem ranquear. Foi perguntado para eles porque que eles vão fazer  
529 isso, sendo que poderiam aproveitar os critérios que foram da conferência passada. Eles falaram  
530 que algumas coisas seriam aprovadas ainda essa semana, eles continuariam a reunião. Eles  
531 pretendem fazer duas teleconferências: uma antes da etapa municipal e outra antes da etapa  
532 estadual. A primeira descentralizada do ano vai ser na região sudeste. As orientações vão chegar  
533 até março. Se a gente tivesse alguma contribuição sobre o critério de vaga e metodologia eles  
534 estariam também a disposição. No próximo ano a gente vai ter categoria na conferência de  
535 observador, o que não tinha antes. Foi sugerido também que os Estados tivessem um número de  
536 convidados por Estado, que a gente pudesse indicar também convidados. Foi uma reivindicação  
537 que foi feita lá. É isso. Não houve apresentação dos trabalhos também. Eles falaram que alguns  
538 Estados, inclusive Minas, não tinham encaminhado. Eu provei para eles que eles saíram daqui com  
539 um pen drive que foi a reunião que a gente trimestral aqui. Eles saíram com o que foi apresentado.  
540 E aí eles falaram: “ah é! Eu tinha perdido! Então você manda.” E aí tiraram da pauta. Está certo?  
541 Então foi isso. Eles retiraram mesmo! “Então manda, porque depois a gente vai...” É isso gente.  
542 **SIMONE:** Agora sou eu que vou proferir os informes da nossa querida SEDESE. Bem, primeiro eu  
543 vou dar alguns informes que não estão aí, viu Rosa? Está bom? Primeiro eu quero dizer para os  
544 senhores que nós estamos lançando a cartilha “organização do SUAS e a rede privada de Minas  
545 Gerais.” É uma cartilha para orientar e também pra gente discutir um pouco a legislação, a  
546 regulamentação e a importância das entidades para o SUAS de Minas Gerais. Depois todos vão  
547 receber. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Tem! Tem digital, mas tem meio físico também. Eu vou só  
548 ressaltar o que a conselheira Páscoa já falou. Antes de ontem nós pactuamos o caderno de  
549 orientações sobre o marco regulatório aplicado ao SUAS. É uma orientação para os municípios.  
550 Nós estamos orientando os municípios como que eles devem fazer, quais são as aplicações no  
551 SUAS e qual que é a exceção que o marco regulatório traz. Nós vamos fazer as contribuições que  
552 a CIB deu. Também vamos colocar em meio digital e divulgar para todos. A partir do dia 1º de  
553 janeiro o novo marco regulatório passa entrar em vigor nos municípios. A outra informação que eu  
554 queria dar aos conselheiros é o seminário realizado pela SES, SEDESE e a SEDPAC, acerca da  
555 atenção as mulheres e adolescentes usuárias de crack e outras drogas e aos seus filhos recém-  
556 nascidos no SUAS e no SUS. Nós fizemos uma resolução conjunta nº 206/2016 que autoriza a  
557 divulgação de orientação para os serviços públicos de atendimento as mulheres e adolescentes  
558 usuárias de crack e outras drogas e os seus filhos recém-nascidos. É uma resolução muito  
559 importante para ser discutida pelos Conselhos Municipais, pelos secretários municipais e suas  
560 equipes, tendo em vista que nós estamos tendo muitos problemas na atenção a essas pessoas. O  
561 diálogo melhorou bastante, mas é preciso que a gente afine melhor o diálogo. Mais uma vez eu  
562 quero informar aos senhores que o MP, através do CAO, ele tem nos ajudado nesse diálogo e na  
563 interlocução. Nós temos uma reunião ainda marcada pra ver se a gente avança um pouco mais  
564 para que as gestantes, que as crianças que vivem nessa situação, também possam ter a certeza  
565 ou a tranquilidade de que o SUAS e o SUS em Minas Gerais estarão mais preparados para acolher  
566 as suas demandas. Além disso, eu tenho muita satisfação em informar aos senhores que saíra uma  
567 resolução da CIB, que com certeza será motivo de debate neste Conselho. Essa resolução institui  
568 parâmetros para o registro de violências no âmbito do SUAS de Minas Gerais. Nós vamos implantar  
569 o registro de violência no SUAS. Esse registro vai ser muito importante, porque nós vamos ter as  
570 informações sobre as situações de violência em Minas Gerais, o que vai balizar o nosso

571 planejamento para a gente ver as proteções e as desproteções em Minas Gerais. Pode passar  
572 Rosa, por favor. É porque a gente prepara os informes e está acontecendo tanta coisa... Não vai  
573 abrir? Pronto? Eu quero informar aos senhores primeiro sobre o plano de serviço de 2015, também  
574 é com muita satisfação que eu dou essa informação. Nós temos 818 planos aprovados; em análise  
575 pela SEDESE: 32 dos 853; em preenchimento: 1; em análise dos CMAS: 2. Do plano de serviço de  
576 2016 nós temos 820 aprovados. Toda vez a gente vem dizendo que apenas o município de  
577 Venceslau Brás não possui plano de serviço porque não tem o Fundo Municipal, portanto no tem o  
578 SUAS implantado, não tem CRAS... Nós tiramos na penúltima CIB uma representação do  
579 COGEMAS através do secretário Célio e a SEDESE. Nós fomos ao município, conversamos com  
580 o município, mostramos para ele o SUAS. Nós tivemos uma grande vitória, eles vão implantar o  
581 SUAS lá. Então é com muito orgulho quero dizer que todos os 853 municípios de Minas Gerais  
582 fizeram adesão ao SUAS. Portanto, eles terão o plano de serviço também passaram a receber os  
583 recursos de cofinanciamento federal e estadual. Com relação ao pagamento do Piso Mineiro, a  
584 SEDESE efetuou pagamento até o mês de junho de 2016. Os pagamentos dos meses de julho,  
585 agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, as duas parcelas foram empenhadas e  
586 liquidadas. Estamos apenas aguardando liberação financeira para o pagamento das referidas  
587 parcelas. Com relação ao repasse federal do Fundo Nacional também não mudou muita coisa. A  
588 mudança que houve aqui do último informe que eu dei foi a parcela do IGD Bolsa de R\$ 78.360,80  
589 (setenta e oito mil trezentos e sessenta reais e oitenta centavos). Também quero informar sobre o  
590 preenchimento do Censo SUAS. O prazo para o preenchimento e retificação do Censo SUAS  
591 encerrou-se no dia 09 de dezembro de 2016. Pode passar também, por favor. Com relação ao  
592 Capacita SUAS, eu fiz até um balanço aqui gente, mas a confusão que eu arrumo aqui é tão grande  
593 que eu me perco completamente nos meus papéis. Aposto que eu não vou achar Lúcia. Aqui! Bem,  
594 com relação ao Capacita SUAS, nós Capacita SUAS em 21 pólos de capacitação no Estado de  
595 Minas Gerais. Nós já terminamos esse mês os dois cursos, tanto o da gestão financeira do SUAS,  
596 quanto do provimento da proteção básica. Nós já estamos preparando os cursos do ano que vem.  
597 No ano que vem será o curso do controle social e o curso de vigilância. Nós vamos fazer uma  
598 avaliação do Capacita SUAS no mês de janeiro. Eu vou mandar o convite para o Conselho Estadual,  
599 pra que a gente possa também ter a participação do Conselho na avaliação. O Conselho já fez uma  
600 avaliação, né? Eu acho que a avaliação do Conselho ela já foi incorporada de certa forma, mas é  
601 importante que na avaliação final na oferta dos dois cursos o Conselho conheça o que está sendo  
602 produzido pela Fundação João Pinheiro, que é nossa parceira no programa. E que incorpore  
603 também a avaliação e as contribuições do Conselho Estadual de Assistência Social. Eu encaminho  
604 o convite assim que já tiver fechado data, local e tudo direitinho. Pode passar, por favor. Nós fizemos  
605 a reunião da comissão intersetorial do cadastro único do programa Bolsa Família. Foi no dia 1º de  
606 dezembro, na cidade administrativa. A reunião teve como tema: "a gestão e análise das  
607 condicionalidades de saúde o programa Bolsa Família." Lembrando aos conselheiros que a  
608 condicionalidade de saúde é a menor condicionalidade que tem presente no IGD do Bolsa Família  
609 dos municípios. Então nós estamos fazendo todo um apoio técnico para melhorar a  
610 condicionalidade de saúde no indicador do IGD do Bolsa. Nós também realizamos no dia 29 de  
611 novembro uma oficina de apoio técnico com o objetivo de levar as orientações sobre o processo de  
612 fiscalização do programa Bolsa Família, recomendada pelo MP Federal. Bem como, outras  
613 orientações relacionadas ao CADÚNICO e ao programa Bolsa Família para coordenadores e  
614 entrevistadores do CADÚNICO dos municípios da área de abrangência da regional de Paracatu.  
615 Nós também participamos em Brasília do Encontro dos Coordenadores Estaduais do CADÚNICO  
616 e do Bolsa Família, nos dias de 21 a 25 de novembro. Fizemos discussões técnicas para  
617 planejamento das ações referente à gestão do cadastro e do programa Bolsa Família. Foi feito um  
618 balanço das ações empreendidas em 2016, com atualização e debate sobre os temas que deverão  
619 ser tratados como prioridade da gestão para o próximo ano, pontuando os elementos necessários  
620 para o planejamento de ações a serem empreendidas em 2017. A SEDESE também participou do  
621 Encontro Sobre o Trabalho Social com Famílias Indígenas, do dia 30 de novembro a 1º de  
622 dezembro, através da diretoria de proteção básica do MDS que teve como objetivo os profissionais  
623 que trabalham com as famílias indígenas no âmbito do SUAS, órgãos governamentais especialistas  
624 na temática, organizações e lideranças indígenas, visando discutir temas relacionados a assistência  
625 social com as famílias indígenas. A SEDESE realizou no dia 12 e dezembro de 2016 uma oficina  
626 de planejamento das ações de apoio técnico. Nós estamos preparando internamente ainda na  
627 SEDESE uma avaliação do Qualifica SUAS no seu primeiro eixo do apoio técnico. Nós vamos trazer

628 para o Conselho, para os gestores, para todo mundo. A primeira avaliação nossa eu acho que vocês  
629 ficaram tão bem impressionados como nós dos avanços do apoio técnico em Minas Gerais. E  
630 também, estamos fazendo uma análise do Censo SUAS em Minas Gerais para trazer também para  
631 os senhores, pra gente decidir qual que vai ser a prioridade do apoio técnico no ano de 2017, tá?  
632 Pra gente decidir aqui sobre o plano de apoio técnico anual. **PARTE 2 MARIA DO CARMO:**  
633 Equivocada do governo federal, de que aquelas contas no início do ano eles fizeram pedido de  
634 transferência, que é da gestão aqui tem conhecimento disso. É uma prática do governo. Ele sempre  
635 abre novas contas, faz uma relação de contas antigas e sugere uma conta nova ocorrer a  
636 transferência. Ele fez uma leitura equivocada de uma conta, uma conta que é característica do  
637 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Eu acho que tem outro município  
638 passando por isso. E a partir desse entendimento, em julho... Isso aconteceu em janeiro. Mas,  
639 quando foi em julho, quando ele fez no sistema, ele veio com essa informação que existia essa  
640 conta, que precisava fazer essa transferência. E desde julho nós estamos tentando argumentar  
641 com o governo federal que existe um equívoco da parte dele. Nós temos toda uma documentação  
642 com aquela característica que a conta tem a denominação de Fundo Municipal, que não é de  
643 gerência do governo federal dar determinação pra gente fazer o manuseio dessa conta em favor  
644 deles. A gente fez várias documentações: ofício, e-mail... Eu cheguei a pedir também até um  
645 agendamento para presencialmente estar lá argumentando. E me parece até que eles vão dar um  
646 parecer favorável. Mas como está finalizando o exercício, em função disso, eles suspenderam o  
647 mês de agosto e setembro. Quando foi em outubro, em um contato telefônico, a técnica me orientou  
648 faça essa transferência, porque senão em outubro vocês vão estar suspensos. Faça a  
649 transferência, depois vocês conseguem argumentar e comprovar. E assim nós fizemos. Em outubro  
650 nós fizemos a transferência. Então já teve o repasse de outubro. Todos os programas  
651 governamentais e as entidades privadas ficaram sem esse repasse nos meses de agosto e de  
652 setembro. Então a gente está trazendo aqui para o CEAS para ficar registrado. Eu não sei se é  
653 possível o CEAS fazer uma provocação junto ao governo federal, porque vai finalizar agora o  
654 financeiro do exercício deles. Então se isso não ficar lá em restos a pagar... É porque são processos  
655 que o financeiro fica analisando. Então a gente não sabe quando isso vai ser concluído. E se for  
656 concluído favoravelmente no exercício de 2017, como é que eles vão reverter essa situação para  
657 que aconteça o pagamento devido? Então a gente está aqui em defesa não só dos programas  
658 municipais de duas entidades lá, uma é a entidade de acolhimento para idosos e a outra é a APAE,  
659 que ficaram também dois meses sem repasse financeiro. Além disso, esse entendimento  
660 equivocado computou saldo em excesso no âmbito da proteção básica. Então a gente precisa  
661 reivindicar junto ao governo federal esses dois entendimentos, né? De que seja ressarcido ao  
662 município que isso não teve sentido nenhum, e que também não seja computado esse saldo em  
663 excesso para a proteção básica, porque esse saldo é de outra finalidade. A gente consegue  
664 comprova que todos os depósitos dessa conta foram efetuados pelo município. Então não existe  
665 nenhuma fonte de recurso federal para ele se sentir no direito de fazer esse gerenciamento. E aí  
666 Páscoa quando você fala que a Dulce Helena disse que está de tudo para os pagamentos, ela  
667 também recebeu um ofício desde julho. A gente tem a sensação que o governo está fazendo de  
668 tudo para descobrir uma maneira de fazer algum pagamento. Ele deve estar com dificuldade e a  
669 gente não concorda com isso. A gente quer registrar aqui na reunião. Eu não sei se o Conselho  
670 consegue gerar algum documento também para o financeiro do FNAS. A gente precisaria defender  
671 isso, porque a gente não pode aceitar isso. Eu não sei se está aqui agora quais cidades ficaram. A  
672 minha é Leopoldina. **VOZ AO FUNDO. MARIA DO CARMO:** Ah, sim! Tá! **SIMONE:** Obrigada,  
673 conselheira Maria do Carmo. Conselheira, eu quero colocar a equipe da SEDESE de apoio técnico  
674 a disposição do seu município, viu? Nós recebemos aqui no Conselho o ofício lá do município. É  
675 que eu recebi agora, não tinha visto. Me perdoe. Eu vou encaminhar lá pra nós, pra gente poder  
676 vocês lá, está bem? **VOZ AO FUNDO. SIMONE:** Conselheira Isabela. **ISABELA:** A gente está com  
677 73 municípios de Minas Gerais, com suspensão de recurso, por causa da questão da transferência  
678 das contas antigas para as contas novas. A diretoria regional de Muriaé, eu acho, já nos procurou.  
679 Mas já são solicitações de vários municípios pedindo que a gente intervisse junto ao MDS. São  
680 questão de R\$ 10 reais, R\$ 0,50 centavos que estava na conta e o município achou que não  
681 precisaria transferir. E aí ficou em suspensão por causa de saldos muito residuais, sabe? A gente  
682 já tentou fazer uma conversa lá. O retorno que a gente teve até o momento foi bastante rígido, de  
683 que a regra era essa e que não haveria nenhuma exceção. Mas a gente continua acompanhando.  
684 Está lá como uma das nossas prioridades. E aí com certeza estamos a disposição para ajudar o

685 caso de Leopoldina e esse outro município no caso do Fundo da Criança e do Adolescente.  
686 **SIMONE:** Conselheiro Volney. Depois eu passo para você Páscoa. **VOLNEY:** Eu quero informa-los  
687 que o Sindicato dos Psicólogos abriu um processo eleitoral para uma nova recomposição. Nesses  
688 30 anos de existência é a primeira vez que chapa é composta na sua diretoria executiva por  
689 mulheres, tá? Então uma das primeiras ações será a mudança do estatuto, passando ser Sindicato  
690 das Psicólogas e dos Psicólogos, em função da sua maioria, tá? **APLAUSOS.** **VOLNEY:** Eu quero  
691 aproveitar aqui também, de uma forma pública, cumprimentar a Maíra, viu Maíra? Eu soube pela  
692 imprensa a sua indicação como nova secretária de assistência social de Belo Horizonte.  
693 **APLAUSOS.** **VOLNEY:** Eu torço para que você tenha uma ótima gestão, tenha sucesso. Eu acredito  
694 na sua competência. Eu gostei muito pela indicação técnica, né? Eu desejo muito sucesso. Eu não  
695 sei se você aceitou ou se apenas a imprensa divulgou, né? **RISOS.** **VOZ AO FUNDO.** **VOLNEY:**  
696 Eu estou querendo saber! A imprensa só divulgou! Sucesso viu! **SIMONE:** Bem, agora é o último  
697 informe, não é Volney? Ele foi convocado pelo Volney. Eu passo então a palavra para a conselheira  
698 Maíra, para que ela informe ao Volney se ela foi convidada e se ela aceitou. **RISOS.** **MAÍRA:**  
699 Pessoal, bom dia a todos (as). De fato Volney, teve uma consulta e uma indicação para eu assumo  
700 a secretaria municipal de políticas sociais aqui da prefeitura de Belo Horizonte a partir do próximo  
701 ano. Eu aceitei. Então, essa é a última plenária que eu participo aqui como conselheira, enquanto  
702 SEDESE. Mas eu queria agradecer as palavras também de vários outros colegas conselheiros que  
703 manifestaram votos de sucesso, de força, de coragem, né? Eu com certeza vou precisar muito do  
704 apoio de vocês de forma geral. Eu acho que tem muito trabalho pela frente mesmo, tem muita coisa  
705 pra fazer. Eu agradeço também a oportunidade de ter passado aqui por esse espaço como  
706 conselheira estadual. Contribuí muito com a minha trajetória e com a minha formação. Esse aqui  
707 é um espaço que nos ensina muito o processo de construção coletiva, de diálogo, de debate. A  
708 minha passagem também pela SEDESE com toda a equipe lá, com a Simone... Então, realmente,  
709 foi uma experiência muito importante que marcou a minha formação e a minha trajetória  
710 profissional. Eu quero agradecer e confirmar a história, não é Volney? **APLAUSOS.** **SIMONE:**  
711 Parabéns Maíra! Eu quero agradecê-la muito também pela passagem, mais do que pela passagem,  
712 né? Pela construção. Nós fomos construindo um percurso juntos. Eu queria te dizer que o melhor  
713 secretário é aquele que vai ao Conselho, que escuta o Conselho, viu? O Conselho é o bom local  
714 pra gente poder saber o tom, o tom quase mudo da chave do novo ritmo. Nunca se esqueça disso,  
715 viu minha querida? **APLAUSOS.** “Se eu soubesse tinha feito antes...” **RISOS.** Vamos levar a sério  
716 essa reunião aqui gente? Por favor! **RISOS.** Rose. **ROSILENE:** Maíra, eu não tive a oportunidade  
717 de parabenizá-la porque eu estava com problema no meu celular. Mas assim, parabéns! Eu  
718 concordo com a fala da Simone. É importante o gestor ouvir o Conselho. O Conselho não é nem  
719 para penalizar e nem para passar a mão na cabeça do gestor, mas realmente para fazer o controle  
720 social e que a política pública da assistência social seja consolidada de fato como um direito.  
721 Sucesso! Os desafios são muitos, mas eu acredito na competência que você terá para conduzir  
722 essa gestão. Parabéns! **SANDRA:** Maíra, se você falasse que não iria aceitar... Eu já espalhei  
723 WhatsApp para tantos grupos... Todos estão dizendo: “nossa! Estamos muito bem! É a pessoa  
724 séria, técnica, que tem abertura para o diálogo.” Eu já saí espalhando para os grupos que Belo  
725 Horizonte tinha ganhado muito. Algumas ações a gente passou muita dificuldade de rua, como a  
726 abordagem, não é? As questões do abrigo, do acolhimento... Eu pensava assim: “nossa senhora!  
727 Estamos deixando a peteca cair sendo que somos referência na assistência social.” Então, ainda  
728 bem que você aceitou! Eu já sabia disso! Eu espalhei WhatsApp para o grupo do SINTIBREF e  
729 todos os outros grupos que a gente acompanha. Eu fico muito feliz! Sucesso! Conte com a gente.  
730 sociedade civil e o segmento dos trabalhadores nos colocamos a disposição para fortalecer, somar  
731 e agregar. A gente fica feliz, muito feliz. **SILVANA:** Eu queria aproveitar para parabenizar a Maíra.  
732 Quero dizer que eu fiquei muito feliz! Eu já trabalhei na assistência muito tempo com a Simone,  
733 com esse grupo todo. Eu fiquei feliz sabendo que você vai está começando. Eu até brinquei que,  
734 quando eu saí pedi licença pra tomar café. Quando eu voltei, eu já tinha que pedir licença para a  
735 secretária. Não que o meu café tenha demorado tanto, porque demorou também, né? **SIMONE:**  
736 Gente, eu só não concordo com a Rose. Eu acho que o gestor tem que passar a mão sim, viu  
737 gente? Vocês fiquem a vontade! **RISOS.** **SIMONE:** Agora a gente vai para a convocação da 12ª  
738 conferência estadual de assistência social. Nós já tínhamos combinados que nessa reunião a gente  
739 faria a resolução convocação da 12ª conferência estadual de assistência social. Queríamos ter feito  
740 com até mais glamour e tal, mas nós estávamos esperando a convocação do Conselho Nacional.  
741 A gente estava sem saber que tipo de conferência nós convocaríamos, apesar de termos a

742 convicção que essa conferência é ordinária. Ela não é uma conferência extraordinária. A  
743 conferência extraordinária foi há dois anos, não é? Eu não sei, mas a conferência ordinária tem  
744 que ser obrigatoriamente convocada. Mas de qualquer forma, a Consolação participou da reunião  
745 ampliada do Conselho Nacional. Ela já nos informou na terça-feira que o presidente do Conselho  
746 já havia anunciado e divulgado a portaria. E saiu então. Está ali, Consola? Só pra todo mundo ver  
747 o número dela. É bom pra gente divulgar para os Conselhos. Você quer ler pra mim Consola, por  
748 favor? **CONSOLAÇÃO:** Portaria conjunta nº 02 de 02 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a  
749 convocação ordinária da XI Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências.  
750 O ministro de Estado do MDSA em conjunto com o presidente do CNAS, no uso de suas atribuições  
751 legais, e considerando a necessidade de avaliação da situação atual e avanços do Sistema Único  
752 de Assistência Social, assim como a propositura de diretrizes visando o aperfeiçoamento do  
753 sistema, de acordo com o disposto no inciso VI do artigo 18 da LOAS, resolve: Art. 1º Convocar  
754 ordinariamente a XI Conferência Nacional de Assistência Social com a atribuição de avaliar a  
755 situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema. Art. 2º A XI  
756 Conferência Nacional de Assistência Social realizar-se-á em Brasília, Distrito Federal, no período  
757 de 05 de dezembro a 08 de dezembro de 2017. Art. 3º A XI Conferência Nacional de Assistência  
758 Social terá como tema "Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS". Art. 4º A comissão  
759 organizadora coordenada pelo presidente e pela vice-presidente do Conselho Nacional de  
760 Assistência Social, com composição paritária dos representantes do governo e da sociedade civil,  
761 definida em resolução do CNAS, será responsável pela organização da XI Conferência Nacional de  
762 Assistência Social. Parágrafo único. Apoiarão a organização da Conferência unidades vinculadas  
763 ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, como a Secretaria Executiva do  
764 Conselho Nacional de Legislação – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2 de  
765 Assistência Social, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Subsecretaria de Assuntos  
766 Administrativos (SAA/SE), Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) e Consultoria Jurídica  
767 (CONJUR/SE). Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Assina o ministro e  
768 o presidente do Conselho. **SIMONE:** Então essa é a convocação. Isso nos dá uma tranquilidade.  
769 Ontem a gente discutiu um pouco na comissão de política sobre a conferência nacional e o desenho  
770 dela. Eu acho que vai ser muito importante essa conferência, para consolidar o SUAS, pra gente  
771 ter um espalho mesmo de resistência e de articulação para assistência social no Brasil. Nós  
772 trouxemos também a proposta de resolução. Ela será assinada pela presidência do Conselho  
773 Estadual e pela SEDESE. Eu vou pedir a Consola pra fazer a leitura da proposta da nossa resolução  
774 pra gente aprova-la aqui. **CONSOLAÇÃO:** Resolução conjunta SEDESE/CEAS. A gente ainda vai  
775 colocar o número, né? Dispõe sobre a convocação da XII Conferência Estadual de Assistência  
776 Social e dá outras providências. A secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social e a  
777 presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no uso de suas atribuições  
778 legais, e considerando o disposto no inc. VI do art. 13 da lei 12.262, de 23 de junho de 1966, resolve:  
779 Art.1º Convocar a XII Conferência Estadual de Assistência Social com finalidade de avaliar a  
780 situação da assistência social na perspectiva do SUAS, e propor novas diretrizes para o seu  
781 aperfeiçoamento. Art. 2º A XII Conferência Estadual de Assistência Social terá como tema "Garantia  
782 de Direito no fortalecimento do SUAS." Art. 3º A XII Conferência Estadual de Assistência Social  
783 realizar-se-á na segunda semana de outubro, em data a ser divulgada posteriormente. Art. 4º Para  
784 a organização da XII Conferência Estadual de Assistência Social será constituída uma comissão  
785 organizadora coordenada pela presidente e vice-presidente do CEAS, com composição paritária os  
786 representantes do governo e da sociedade civil, a ser definida em resolução do CEAS. Art. 5º As  
787 orientações, as normas, a regulamentação, a programação, data e o local de realização da XII  
788 Conferência Estadual de Assistência Social, serão divulgados posteriormente por meio de  
789 resolução do CEAS. Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Assina a  
790 Rosilene e a presidente deste Conselho, Simone. **SIMONE:** Em discussão. Eu vou ter que ser  
791 obrigada a fazer um destaque. Eu acho que a gente esqueceu de colocar um parágrafo único ali no  
792 art. 1º. Eu não sei se é no art. 1º porque eu não enxergo daqui. Mas é no artigo que fala da  
793 composição da comissão organizadora. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É o art. 4º. A gente tinha que  
794 colocar que a comissão organizadora poderá convidar colaboradores para ajudar, né? Não sei.  
795 VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Ela não é comissão organizadora. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:**  
796 Colaborar com a comissão. É. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Colaboradores para contribuir. Ajuda a  
797 Rosa aí, Rose. Pronto? Ok gente? Então nós vamos votar a resolução. Lembrando que só os  
798 conselheiros titulares podem votar, está bem? Como tem muitos conselheiros aqui, a gente vai

799 votar de crachá amarelo. Então, os conselheiros favoráveis, por favor, levantem o crachá. Podem  
800 abaixar. Contrários. Abstenções. Então, está convocada pelo Conselho a XII Conferência Estadual  
801 de Assistência Social. APLAUSOS. E lá vamos nós no ano que vem! Que delícia hein Soyla! Delícia!  
802 Vamos que vamos! Agora nós vamos fazer uma discussão aqui sobre o plano decenal de  
803 assistência social do Estado de Minas Gerais. Eu vou pedir a conselheira Marta Silva para que ela  
804 faça a apresentação da discussão que nós estamos fazendo no âmbito da SEDESE, dos temas e  
805 das questões que a gente trouxe aqui para discutir com o pleno do Conselho. **MARTA SILVA:** Antes  
806 de a gente entrar propriamente no plano, a gente queria trazer para vocês algumas reflexões e  
807 considerações iniciais que a gente fez do contexto do plano decenal 2016/2016. Lembrando que  
808 esse vai ser o primeiro plano decenal. É uma primeira experiência de planejamento governamental  
809 de longo prazo que a gente teria para o Estado de Minas Gerais. A legislação e os planos anteriores  
810 sempre eram planos bianuais, tanto que o último plano de assistência social ela é relativo a  
811 2013/2015. Então a gente tem esse como desafio pra gente. Outro desafio colocado pra gente foi  
812 da gente incorporar os debates e deliberações da última conferência estadual em 2015, inclusive  
813 porque as metodologias das conferências regionais foram deliberativas e decidindo sobre o plano  
814 de regionalização. Então, a gente precisa ter toda uma lógica de incorporação, de todos os debates  
815 dentro do plano decenal. Então nós fomos até essas deliberações pra gente poder ver o que seria  
816 colocado no plano decenal. Outro desafio é manter essa lógica que o Estado de Minas Gerais tem.  
817 A gente até debateu muito isso ontem na reunião da comissão de política. É sobre o caráter  
818 inovador de gestão que o Estado de Minas Gerais tem e a relevância que ele tem para o SUAS. O  
819 plano decenal precisa continuar, manter e expressar essa perspectiva. Nós colocamos também que  
820 depois esse Conselho precisa discutir e colocar de forma clara... Porque não bastava a gente fazer  
821 uma deliberação apenas de um plano sobre uma ótica do gestor e da gestão. O plano não é da  
822 SEDESE, é conjunto. O Conselho também precisa discutir aqui o que é que o Conselho tem como  
823 perspectiva e pensa para a próxima década. Então o Conselho precisa estar no processo de  
824 elaboração do plano decenal. Pode avançar. A gente estava discutindo como que poderia ser a  
825 metodologia para a elaboração desse plano. Seria compilar todas as demandas? Inclusive de  
826 planos estaduais que já tem também. A gente já teve até convite para revisão de um dos planos  
827 estaduais onde o Conselho também tem resolução conjunta. Como é que seria a metodologia pra  
828 gente trazer os outros planos estaduais para o plano decenal de assistência; E como é que seria  
829 essa lógica de participação nesses diferentes processos colocados para o CEAS; Considerar as  
830 deliberações das conferências municipais e estaduais, né? E como a gente incorporaria isso e  
831 transformaria isso enquanto metas do plano; E como que a gente conseguiria com todo esse  
832 esforço fazer um adensamento que as conferências apontaram de intersectorialidade na execução  
833 no plano também. É um desafio muito grande ter um plano decenal, ter um plano que expressa  
834 uma lógica de intersectorialidade, mas que respeite tudo o que a gente vem construindo até agora  
835 também. Então nós nos perguntamos que seria esse processo. Nós estamos com uma resposta  
836 pronta ainda. É por isso que a gente pautou aqui, pra gente discutir e debater. A gente pensou na  
837 estrutura do plano começar dizendo das mudanças do órgão gestor com as novas competências  
838 que estão colocadas para as novas superintendências, também já foi dito aqui a incorporação das  
839 medidas socioeducativas em meio aberto... É um pouco do relato que já fizemos pra vocês sobre a  
840 nova estrutura. A gente trouxe isso para o Conselho também. Isso precisa está expresso lá no  
841 plano; trazer o diagnóstico. A gente está pensando em mostrar para vocês e apresentar algumas  
842 coisas que já foram trabalhadas; recuperar a história recente da assistência social em Minas Gerais.  
843 A Simone aponta a preocupação da gente já começar a fazer esse registro. Da LOAS pra cá, a  
844 gente fez muita coisa. Precisamos começar a resgatar e demonstrar, né? Minas Gerais tem um  
845 protagonismo que não é atoa, foi uma construção história que a gente tem; as novas bases do  
846 planejamento em relação aos territórios. Então é um olhar do plano decenal sobre as lógicas dos  
847 territórios e dos fóruns de governo; a interface do plano com os outros planos. Eu já disse; as  
848 deliberações da última conferência; a incorporação e uma análise sobre as conferências estaduais,  
849 as contribuições. A Isabela inclusive fez uma análise das deliberações de todas as conferências;  
850 compilação das propostas setoriais; e até que a gente chega as metas. Lembrando que o decreto  
851 implicou mudanças na SEDESE, mas também nas diretorias regionais. Portanto Soyla, a  
852 competência das diretorias regionais de aprovar as URCMAS está assegurada nesse decreto. Não  
853 está escrito as URCMAS, mas os fóruns, né? Todos os fóruns estão assegurados nesse decreto.  
854 Está coerente com a resolução que esse CEAS aprovou. Pode avançar. E aí a gente vai passar de  
855 forma muito rápida pelo diagnóstico, tá gente? O diagnóstico que a diretoria coordenada pela

856 Isabela está trazendo pra gente ele trabalha sobre as diversidades sociais e territoriais. Ele traz  
857 questões também de redução das desigualdades; passou pelo tamanho dos municípios; demonstra  
858 que a gente teve avanços em relação à proporção de pessoas pobres no Estado. Nós evoluímos  
859 sobre a desigualdade, mas a gente ainda persiste com algumas desigualdades. A gente já trouxe  
860 neste Conselho a proposta de toda a interface quer a gente tem com relação à pobreza rural.  
861 Nessas áreas persiste uma situação de extrema pobreza. Por isso que gente trouxe para este  
862 Conselho o debate durante esse ano. E também persiste uma concentração de alguns territórios:  
863 Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Caparaó e Norte. Por isso que algumas  
864 especialidades estão com olhares sobre esses territórios. Uma especificidade que precisa ter  
865 também é com relação às comunidades tradicionais. Muitas delas estão localizadas no meio rural,  
866 só elas: quilombos, ribeirinhos, extrativistas, indígenas... E aí, a gente está trazendo ali, alguns  
867 números em relação a isso. Pode avançar. Além disso, a SEDESE tem trabalhado com a SEDA -  
868 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário - em relação às famílias acampadas e  
869 assentamentos, e também os atingidos por barragens que convivem no clima semiárido. É outra  
870 informação importante para gente considerar dentro do diagnóstico do plano decenal. Pode  
871 avançar. Em Minas Gerais nós estamos com uma taxa de envelhecimento que está se acelerando.  
872 Essa tendência é uma tendência nacional. Além disso, nós temos alguns povos vulneráveis em  
873 situação de extrema pobreza. Eu não vou me ater sobre isso. Pode avançar. A gente também  
874 identificou alguns desafios com relação à universalização as ofertas socioassistenciais em Minas  
875 Gerais, com um olhar mais apurado, por exemplo, com relação a proteção básica; a gente tem uma  
876 necessidade de ampliar o números de CRAS e ampliar a cobertura das áreas de extensão rural e  
877 territórios vulneráveis; precisamos de uma qualificação permanente das ofertas. O ID CRAS  
878 também é monitorado pela SEDESE. O apoio técnico inclusive considera esse indicador; ainda na  
879 proteção básica, nós temos centros de referências em 254 municípios. Eu acho que a gente não  
880 precisa se ater especificamente sobre isso. Vamos avançando. Também uma interface com os  
881 benefícios eventuais. É uma discussão que também já está sendo pautada neste Conselho, de a  
882 gente fazer uma revisão da resolução dos benefícios eventuais. Também é uma tarefa pra gente  
883 discutir. O diagnóstico realmente aponta para essa necessidade. Pode avançar. Com relação ao  
884 programa Bolsa Família: a renda mensal vitalícia o BPC. Os números estão colocados aí. Depois a  
885 gente pode até dividir com vocês, mas ainda existem desafios para a universalização deles. Pode  
886 avançar. Com relação às ofertas socioassistenciais, a gente tem investido na busca ativa. Isso está  
887 sendo colocado também como direção da SEDESE para a implantação das equipes volantes, né?  
888 Pode avançar. Com relação à proteção especial de média complexidade, nós temos 241 CREAS.  
889 Nós temos a estratégia dos CREAS regionais geridos pela SEDESE. Isso também já foi debatido  
890 aqui. Pode avançar. Com relação à média complexidade temos os CREAS, né? Pode avançar.  
891 Com relação à gestão e cofinanciamento, ainda temos alguns pontos que a gente precisa aprimorar  
892 o processo. Com relação à capacitação, já existem algumas questões que o Qualifica e Capacita  
893 SUAS estão se debruçando, monitorando e avaliando isso. Com relação inclusive a vigilância  
894 socioassistencial, a construção de um processo de monitoramento de um registro de violação foi  
895 pactuado recentemente na CIB. A consolidação da vigilância socioassistencial também é um  
896 desafio. Pode avançar. Na história da assistência social que a gente recupera um pouco foi com a  
897 colaboração de colegas nossos: Márcia Pinheiro, Maria Ângela, Ana Conegundes, Darci, que foram  
898 ajudando a gente a relatar e recuperar a luta em defesa da LOAS e contra as subvenções sociais.  
899 Foram marcos importantes pra gente de Minas Gerais: o papel do Fórum Mineiro de Assistência  
900 Social; o processo de desmonte da FEBEM e a instituição da Casa Lar; o reordenamento da FUCAN  
901 que está sendo concluindo recentemente e que vai ter uma nova perspectiva; a recuperação da  
902 primeira conferência estadual de assistência social que aprovou o projeto de lei. A gente está dando  
903 uma ênfase porque ali tem o marco que institui a política e cria este Conselho. Aliás este Conselho  
904 está fazendo 23 anos, é isso Consolação? 20 anos na verdade, foi em 96. Estamos completando  
905 este ano 20 anos do CEAS; a diretriz da municipalização do serviço com extinção da LBA. Estamos  
906 recuperando essa história também; a origem do COGEMAS; a criação do Fórum de Trabalhadores.  
907 O primeiro fórum foi em Belo Horizonte. Mais recentemente conseguimos o Fórum Estadual; as  
908 URCMAS viu Soyla? As emendas populares; a proposta da conferência que inaugurou o  
909 cofinanciamento, o custeio e a lógica do Fundo a Fundo; a instauração do Piso Mineiro também  
910 nessa recuperação de uma história recente. Com relação às diretrizes de governo, a SEDSE já  
911 incorporou; e considera o planejamento de cada região. A gente já falou dos fóruns, do balanço que  
912 a SEDESE fez, como que isso influenciou na revisão do PPAG e PMDI, outras inovações colocadas

913 no campo centro do governo e diretrizes para o planejamento. Pode avançar. O planejamento  
914 estratégico da SEDESE, que considera tudo isso. Essa matriz considera as suas funções e  
915 competência, mas coloca estratégias sobre a lógica da redução das irregularidades regionais  
916 também. Então a lógica de planejamento tem um olhar sobre as regiões e suas especificidades no  
917 Estado. Pode avançar. A gente também está dizendo da inovação que o programa Qualifica SUAS  
918 está trazendo. A Simone já ressaltou aqui, né? Esse Conselho já aprovou o Qualifica e o plano  
919 estadual de regionalização, que já estão em implementação e execução. Esse balanço do plano  
920 decenal também é importante de como que estão essas ações da SEDESE; a gente também se  
921 debruçou sobre a análise do plano plurianual de 2013/2015 porque nós tínhamos que recuperá-lo;  
922 o plano estadual de recursos humanos da política 2012/2015 também recuperamos; o plano  
923 decenal de atendimento socioeducativo do Estado de Minas Gerais que foi elaborado este ano de  
924 2016; a proposta da política estadual de atingidos por barragens e outros empreendimentos. A  
925 gente sabe que é um projeto de lei que ainda está em tramitação na ALMG. Nós nos debruçamos  
926 nas diretrizes que ele coloca, até porque nós vamos ter que coordenar isso como uma competência  
927 do Conselho Estadual; o plano estadual de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças  
928 e dos adolescentes em convivência familiar e comunitária. Ele é de 2009; o plano de violência contra  
929 a criança e adolescente do Estado; o plano de irradiação do trabalho infantil. Estes planos são de  
930 2008 e 2009. Todos eles passaram por uma análise que o Conselho Estadual inclusive foi  
931 convidado a contribuir por uma consultoria que o CEDCA contratou, para analisar a avaliabilidade  
932 deles. E foi constatada a necessidade da revisão desses planos estaduais, sob uma nova lógica.  
933 Isso está em curso; o plano estadual decenal de educação. Ele ainda está em tramitação na ALMG.  
934 A gente recuperou o que do plano decenal de educação é específico para a área de assistência  
935 social; o plano de regionalização. A gente já debateu aqui; a estratégia de enfrentamento da  
936 pobreza no campo. Também foi uma proposta que a SEDESE já trouxe e já debateu neste  
937 Conselho. Com relação às deliberações das conferências, a gente também fez uma análise sobre  
938 elas e qual era a temática que elas mais incidiram. Eu acho que a gente não precisa falar disso  
939 agora, mas depois a gente passar para vocês. Pode avançar. Sobre as necessidades relativas a  
940 assistência social, que também foram deliberadas nos fóruns, a gente também se debruçou sobre  
941 elas. Elas coincidem em muito com as deliberações para as conferências, porque coloca os CREAS  
942 regionais também como uma maior demanda. Mas a segunda maior demanda é diferente, é a  
943 ampliação de cofinanciamento. Elas coincidem muito com as conferências regionais e com a  
944 conferência estadual, mas ela tem um diferencial de peso nesse aspecto. Agora, com relação às  
945 metas, a Isabela com a equipe dela fez um trabalho de verificação de alinhamento das diretrizes. A  
946 gente viu que existe toda uma lógica de alinhamento entre o objetivo e diretriz nacional, colocadas  
947 inclusive, pela nossa conferência estadual. E a gente começou a fazer um exercício com relação  
948 às metas. Fazer meta para dez anos não é um exercício simples e nem tão fácil. A gente começou  
949 a fazer um exercício sobre isso. As metas que a gente está colocando aqui são metas que já estão  
950 inclusive no PPAG. Todas estão colocadas e expressas no PPAG. O PPAG ele não vai dar conta  
951 de cobrir até 2026, ele fecha em 2019. A gente incorporou algumas questões ali que seriam  
952 passíveis de serem incorporadas no próximo PPAG. E aí o próximo PPAG é até 2023, não é isso?  
953 É. E aí na medida em que a gente for revisando os PPAG, a gente também pode incorporar as  
954 metas nos PPAG. Foi essa a estratégia que a gente pensou para construir as metas. Mas é uma  
955 proposta, tá gente? Isso aí ainda não está totalmente fechado. Foi a estratégia que a gente achou  
956 a possibilidade da construção dessas metas decenais. **SIMONE:** Muito obrigada, conselheira Marta.  
957 Eu quero parabeniza - lá e agradecê-la muito. Ela está coordenando este processo. Eu quero  
958 agradecer também a conselheira Isabela e a equipe dela pelo esforço. É um esforço enorme. Tudo  
959 isso já está produzido. Quais são as questões? Quais são as questões que de fato na nossa opinião  
960 o Conselho deve debruçar nesse momento? Quando a gente viu tudo que foi produzido nós  
961 percebemos que havia aí uma contradição nossa. O diagnóstico ele aponta, por exemplo, para que  
962 a gente construa metas para além de metas que devem ser cumpridas só pela SEDESE. Como,  
963 por exemplo, universalizar a proteção básica em Minas Gerais, é uma meta que ela tem que ser  
964 acordada também com os municípios. A meta da universalização é uma meta que tem que ser  
965 acordada com as entidades, porque as entidades precisam se comprometer com essa meta. Essa  
966 meta também vai requerer um esforço de reordenamento das entidades. É por isso que o Conselho  
967 está priorizando o programa de apoio as entidades. Nós precisamos fazer um esforço de  
968 reordenamento, não só na melhoria das entidades, mas também na oferta das entidades para  
969 vinculá-las ao SUAS, né? Nós percebemos que, na verdade, o nosso plano decenal finalizou em

970 um plano da SEDESE, do governo do Estado. Então essa é uma questão que é muito importante a  
971 gente discutir aqui para o rumo que nós vamos tomar. O que de fato é um plano decenal estadual  
972 de assistência social? Ele é um plano que deve ter metas pactuadas para fora do âmbito da  
973 SEDESE? Depois que nós terminamos esse esforço, a nossa avaliação é que nós... É um esforço  
974 importante, que inclusive pode dar direção para os gestores municipais e envolver outros atores  
975 também que são importantes na construção de acordos possíveis para dez anos. Essa é uma  
976 questão que a gente gostaria de discutir: o que o Conselho compreende como plano decenal. Outra  
977 questão também que a gente discutiu na presidência ampliada ontem, a conselheira Lúcia trouxe  
978 duas contribuições muito importante que gente trouxe do debate da presidência ampliada para o  
979 pleno do Conselho. Foi feita uma avaliação pelos conselheiros da presidência ampliada o Conselho  
980 de que muitos planos são feitos e muito deles a gente não consegue traduzir em realidade. A gente  
981 faz o plano muito mais para cumprir ritos e exigências. Esse é um assunto também, que merece  
982 uma discussão do Conselho Estadual. Um plano igual o da área de assistência social, que é uma  
983 área que tem muita vinculação principalmente com o sistema de justiça, talvez seja importante para  
984 a viabilidade do plano que ele tramite também pela ALMG. Talvez aconteça uma discussão na  
985 ALMG que seja capaz de envolver e implicar outros órgãos. Talvez seja um plano igual o plano  
986 decenal da educação, ele tramita pela ALMG, tem um debate realizado lá, né? Essa também é uma  
987 coisa que a gente trouxe para discussão. Além disso, nós também discutimos na presidência  
988 ampliada... Porque a gente tinha feito a proposta de colocar o plano em consulta pública, não foi?  
989 A gente começou a pensar que coisa esquisita a gente fazer um plano decenal, colocar em consulta  
990 pública, sendo que a gente vai fazer conferência ano que vem todo. Então fica meio esquisito. Como  
991 é que você faz conferência e coloca um plano? Talvez fosse mais interessante, se vocês  
992 concordarem, que a gente fala um acordo até a conferência estadual. Que a conferência seja o  
993 lugar onde a gente deve consagrar o plano estadual. Bem gente, eu sei que são quase meio-dia.  
994 Não vai dar pra gente aprofundar muito o assunto. Mas eu vou abri aqui pra vocês se colocarem e  
995 pra dar um rumo, não é Marta? Para que a gente possa continuar a fazer o trabalho e que nos dê  
996 um rumo para que a gente possa continuar a construção da nossa proposta. Então é isso. Está  
997 aberto aí o debate para os conselheiros. Conselheira Juanita. **MARIA JUANITA:** Bom dia. Primeiro  
998 eu quero cumprimentar os colegas por fazer parte novamente dessa instituição seríssima que é o  
999 CEAS, né? Que sempre acrescenta muito na nossa formação e no fortalecimento, o sistema no  
1000 Estado como um todo. Eu quero parabenizar a elaboração da SEDESE pelo plano. Sabemos que  
1001 ele tem um laço muito grande com relação às deliberações da conferência e assim ele deve ser  
1002 seguido. Como a gente não viu... Na verdade eu estou chegando agora, então não sei se foi trazido  
1003 para o Conselho para apreciação. Mas pelas as informações que a conselheira Marta leu, e pelo o  
1004 que eu pude enxergar aqui, eu não sei se eu vou pecar, mas eu não consegui enxergar no  
1005 diagnóstico... Eu acho que uma das considerações que foi colocada foi a questão de Minas sempre  
1006 sair na frente. No diagnóstico eu percebi três questões. E aí eu queria perguntar se tem ou se ainda  
1007 não está no diagnóstico. É com relação ao público. Eu não vi lá diagnosticado com relação aos  
1008 segmentos da pessoa com deficiência. Nós temos no Estado de Minas Gerais 10%, não só em  
1009 Minas Gerais, mas no Brasil. Esse público, apesar de ele ser minoria, é um público que  
1010 historicamente tem na assistência social a sua rede de cuidados. Então, eu não pude ver daqui e  
1011 não percebi na fala da Marta. A outra questão também é no diagnóstico com relação à rede privada.  
1012 Minas Gerais é o terceiro Estado com relação ao número de rede privada. A gente hoje já tem  
1013 aquele estudo de diagnóstico do IPEA com relação às organizações da sociedade civil. É possível  
1014 extrair isso do IPEA. Eu acho que é importantíssimo, principalmente para o segmento da pessoa  
1015 com deficiência. A rede privada que a gente tem até então é que atende, que cuida e que dá atenção  
1016 para a pessoa com deficiência. Aqui eu estou falando do segmento que eu estou aqui  
1017 representando, mas outros também como o idoso... A gente sabe que a rede privada é hoje quem  
1018 traz atenção e atendimento ao usuário e a pessoa com deficiência. Então, não deu pra eu ver da  
1019 aqui. E na fala da Marta eu também não pude perceber que isso está no diagnóstico. A outra  
1020 questão também no diagnóstico é relação aos trabalhadores da rede privada. Hoje o SUAS já tem  
1021 essa informação, está lá no CADSUAS. E com relação ao Censo, na hora que preenche o  
1022 questionário, registra-se os profissionais daquele serviço. Eu só queria colocar essas três questões  
1023 no diagnóstico. Não foi possível eu ver aqui, por causa do tamanho da letra, também não percebi  
1024 na fala da Marta. Presidente, a outra questão é com relação à interface dos planos também. Existem  
1025 dois segmentos que existem os planos vinculados aos direitos humanos, mas é a assistência social  
1026 que atende com relação à mulher em situação de violência e com relação à pessoa idosa. Nesse

1027 avanço do SUAS até hoje, a gente tem nos atendimentos dos CREAS muitas crianças e  
1028 adolescentes, mas o idoso e a mulher estão crescendo muito nesse atendimento. Então eu sei, eu  
1029 tenho certeza de que o Estado tem um plano plurianual de direitos humanos da mulher. O do idoso  
1030 estava sendo construído, não sei se foi finalizado. Eu não consegui enxergar ele ali na interface.  
1031 Eu acho extremamente importante ele ser inserido. E já pra finalizar com as minhas contribuições  
1032 e reflexão, é considerando a fala da presidente. A assistência social tem uma questão que é  
1033 normativa, que é a questão do parágrafo único do art. 1º da LOAS, que é a interface da assistência  
1034 com as demais políticas públicas. Então, a gente tem dois viés com relação de ser um plano decenal  
1035 de assistência. E de ser um plano decenal de assistência que perpassa por outras políticas que a  
1036 gente tem interface, que a gente não tem tanta governabilidade. Mas, entretanto, é de extrema  
1037 importância para que a gente converse com esses outros pares e atores, para que a gente consiga  
1038 dar um patamar de desenvolvimento para as famílias desenvolverem inclusive a assistência social.  
1039 Eu acho de extrema importância ter essa amplitude, e ir inclusive para um debate na mesma lógica  
1040 do plano decenal da educação. PARTE 3 **MARIA JUANITA:** Da importância e do peso que a  
1041 assistência social está adquirindo, mas ainda não adquiriu ao longo esses tempos. Mas a gente  
1042 entende que é um processo. Muito obrigada. **SIMONE:** Obrigada, conselheira. Eu vou passar para  
1043 a conselheira Lúcia. **LÚCIA:** Eu só queria reforçar o que a gente colocou na presidência ampliada  
1044 ontem. Eu estou falando como gestora municipal. Uma das questões que compromete qualquer  
1045 meta que a gente possa traçar, por exemplo, em relação ampliação de cobertura de CRAS, a  
1046 eficácia e eficiência de CREAS, é que a gente consiga uma forma de dialogar e de comprometer o  
1047 sistema de justiça de que ele tem os seus próprios quadros de recursos humanos. Ontem isso  
1048 também já foi colocado mais de uma vez aqui na comissão. Os técnicos de CRAS e os técnicos do  
1049 CREAS muitas vezes eles são demandados pelo sistema de justiça a peso de ameaça, né? E o  
1050 trabalho que é da assistência social fica sem fazer. O quadro da assistência social remunerado com  
1051 o orçamento da assistência social ele na verdade trabalha para o sistema de justiça. E quanto  
1052 menor é o município, mais grave é essa via de regra, mais grave é essa ingerência. Nós tivemos  
1053 um movimento interessante por parte do CNJ, que determinou que os tribunais deveriam tomar  
1054 providência em relação ao provimento desses cargos. Mas aqui em Minas nós não vimos nenhum  
1055 movimento nesse sentido, de concurso, de reposição de vagas... O que a gente houve dos  
1056 municípios é o contrário. São aposentadorias, são ausências por férias prêmio, ausência por licença  
1057 maternidade... O MP no meu município, que é um município grande, não tem um único técnico de  
1058 nível superior pra nada. Então, toda e qualquer demanda, o MP encaminha para o CREAS ou para  
1059 o CRAS. Então é só para reforçar isso. Fazer o plano é importante, sair do papel é imprescindível.  
1060 Mas que a gente ache um caminho. Uma das discussões que a gente fez ontem foi a via legislativa,  
1061 para que algumas responsabilidades possam ser atribuídas a quem é de direito e obrigação.  
1062 **SIMONE:** Conselheiro Rodrigo. **RODRIGO DOS SANTOS:** Comungando o que a conselheira  
1063 Juanita falou Marta, a gente percebe e entende essa decisão política do governo mais esse  
1064 Conselho de reestruturar e apoiar as entidades. Eu queria trazer um exemplo aqui. Vocês  
1065 participaram esses dias de um assunto sobre cotas, né? Lá estavam sendo discutidas as cotas de  
1066 inserção e inclusão no mercado de trabalho. Então lá falava sobre os jovens, sobre o adolescente  
1067 e sobre a pessoa com deficiência. É o meu segmento, vocês sabem, não é? A gente quer continuar  
1068 na assistência. O dinheiro da assistência a gente quer usar para o nosso usuário, isso é bem claro.  
1069 Quando a gente vai lá para os nossos fóruns a gente tem disputa. A gente tem um fórum que é o  
1070 FECTIPA - Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil. A gente tem disputa. A gente  
1071 tem outras entidades lá que não necessariamente atendem, não é? Inclusive estão tentando o  
1072 SEBAS há muito tempo além Brasília. Todos sabem aqui o porquê ela não consegue o SEBAS,  
1073 né? Público de assistência é para ser atendido pela entidade de assistência. Reforçando o que a  
1074 conselheira Juanita falou, a gente está muito interessado em contribuir com essa possível consulta  
1075 pública. Isso diminui a tensão nos nossos espaços, eu já trouxe isso para vocês. A gente já  
1076 comentou aqui como é esse conflito entre nós, né? A gente sempre reclamando dessa falta de  
1077 atenção de certa forma dos governos. E agora a gente entende que é um momento bem favorável  
1078 para essa rota nosso de sucesso para que a gente venha atender o nosso público com mais  
1079 qualidade e com mais eficiência lá na ponta. A gente ainda entende que a assistência social é para  
1080 ser feita pela assistência social, não por quem acha que fala que faz e lá na ponta ela não faz. A  
1081 nossa intenção é de fortalecer sim e apoiar esse governo, caso esse plano venha ser dado a esse  
1082 público aí. É isso. Obrigada. **SIMONE:** Quem é agora? **VOZ AO FUNDO.** **SIMONE:** Conselheira  
1083 Maria do Carmo. **MARIA DO CARMO:** Eu quero só complementar a fala da Maria Juanita. Eu senti

1084 a ausência de um público importante da assistência social aí nesse planejamento, que é o imigrante  
1085 e a população de rua. Eu acho importante fazer uma revisão, se é possível, para pensar uma ação  
1086 para esse público. E complementando a Lúcia também, eu posso falar de cadeira. Eu passei em  
1087 primeiro lugar no concurso do concurso do TJ aqui em Minas Gerais para assistente social, mas  
1088 não fui chamada. Eu estava na posição de gestora recebendo todas as provas do judiciário para  
1089 fazer essa resposta. E eu tinha os documentos, eles são públicos. O jurídico da minha prefeitura  
1090 me autorizou a utilizar. E não consegui. Eu entrei com uma ação contra o TJ, infelizmente não  
1091 consegui. Mas eu acho que cabe a nós gestores, um posicionamento quanto a isso. O Conselho  
1092 de psicologia nos deu um documento muito bem fundamentado para que a gente pudesse nos  
1093 posicionar contrário a essa situação. E eu venho fazendo isso a partir do conhecimento desse  
1094 documento. Eu não fui presa ainda não! Eu acho que a gente precisa passar isso para os  
1095 municípios. A gente precisa de postura do gestor também contra essas situações. **ISABELA:** Eu  
1096 vou falar em relação ao diagnóstico, se surgirem outras questões depois eu complemento, se for  
1097 necessário. Em relação à questão da pessoa com deficiência, dos públicos prioritários, a gente tem  
1098 um diagnóstico que foi feito por meio da construção de um índice, que é o índice de vulnerabilidade  
1099 socioeconômica. Ele foi construído para o plano estadual de regionalização. Esse índice ele tem os  
1100 recortes do público de mulher, criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência e imigrante.  
1101 No diagnóstico hoje, ficou o índice geral, está só fazendo referência a um detalhamento maior. Mas  
1102 a gente pode trazer, entendeu? Explica que esse índice é composto pelos públicos, mas não traz o  
1103 dado específico, vamos dizer assim. Mas a gente pode incorporar, eu acho interessante. A gente  
1104 pode dar maior visibilidade para os públicos específicos, sim. A gente já tem esses dados  
1105 trabalhados. Em relação à rede privada também. A rede privada não apareceu ali, mas ela compõe  
1106 sim o diagnóstico. A gente fez um diagnóstico específico esse ano demonstrando a questão da rede  
1107 privada que estão subsidiando a criação do programa. Não vamos conseguir colocar tudo lá, né?  
1108 Porque o diagnóstico está extenso. Mas de qualquer forma consta lá. Depois a gente vai ter a  
1109 oportunidade de debater com o documento em mãos, com os dados. E aí se for necessário, a gente  
1110 complementa as informações. Em relação às metas, elas estão incorporando o que está no PPAG.  
1111 Mas elas também estão incorporando todos os outros instrumentos, todas as outras metas que a  
1112 gente já tem acordada em vários âmbitos. A gente tem o pacto de aprimoramento federal, e o  
1113 estadual que está fechado. Então ele está sendo incorporado; a gente tem o PMDI, que traz  
1114 diretrizes e metas; a gente tem o PPAG; a gente tem as conferências; a gente tem os Fóruns  
1115 Regionais. A gente construiu um mapa de metas que traz toda essa relação. É enorme, traz muita  
1116 coisa. Esse plano final ele faz tipo uma correspondência. Tem várias coisas que são comuns e que  
1117 aparecem no pacto de aprimoramento, que aparecem no PPAG, que aparecem nas conferências.  
1118 Então tem uma espécie de alinhamento com referência, vamos dizer assim. Mas, de fato, a gente  
1119 precisa debruçar mais sobre ela. Foi um primeiro esforço pra gente ter um ponto de partida mesmo.  
1120 A parte das metas sem dúvida é fundamental. Tudo isso que foi colocado aqui tem que ser  
1121 incorporado na reflexão pra gente poder melhorar o que está sendo colocado lá. **SIMONE:**  
1122 Conselheira Sandra. Na fala da conselheira Sandra eu vou inscrever as últimas pessoas. Estão  
1123 inscritos ainda a Rosilene, o Volney e a conselheira Silvana. **SANDRA:** Na plenária de agosto,  
1124 além do 1ª Infância, foi apresentado o plano decenal do governo em nível nacional. Eu até trouxe  
1125 todo o material. Foi até a plenária em que a Rosilene esteve aqui. Eu só fiz uma introdução. Na  
1126 hora que eu fui apresentar todo o plano em nível de Estado aqui, não houve nem tempo hábil  
1127 naquela plenária. Lá teve esse exercício de olhar as deliberações das conferências. Foi feita toda  
1128 essa introdução e todo mundo falou. No final... E o que eu falei lá eu estou falando aqui. A gente  
1129 fez a pergunta de qual assistência social que tivemos e que qual assistência social que queremos  
1130 para os próximos dez anos. E no final de tudo e vi muita coisa do controle social. E aí eu lasquei a  
1131 pergunta também: que controle social tivemos e qual controle social que queremos para os  
1132 próximos dez anos. Então isso é mais pra gente refletir. Eu acho importante a gente pensar que  
1133 controle nós queremos para os próximos dez anos. E a questão do trabalhador, a gente pode  
1134 pensar em ampliar e implementar a participação dos trabalhadores. Eu venho falando esse ano de  
1135 a gente criar uma comissão de RH. A comissão de política às vezes fica com tanta demanda, com  
1136 tanto caso para poder discutir para trazer para a plenária, a gente pode pensar em um GT para  
1137 debruçar em cima a questão dos trabalhadores. Eu vou falar que eu já fiz três textos Simone, com  
1138 a sua frase. Eu ponho lá, mas fala que é sua entendeu? “O trabalhador é a espinha dorsal da  
1139 assistência social no SUAS.” Você falou isso aqui em uma plenária. Eu já estou fazendo texto e  
1140 distribuindo por aí a fora. Eu acho que a gente tem que trazer esses trabalhadores. É uma série de

1141 coisas que a gente tem que pensar. No ano que vem a gente tem que ter um GT. Eu fui vencida  
1142 pelos os meus pares quando falaram: “mas é só mais uma reunião.” O Fórum Estadual ficou a  
1143 desejar, porque o fórum tem que pautar o Conselho. Nós temos que discutir amplamente e pautar  
1144 aqui no Conselho as questões referentes aos trabalhadores. Nós ficamos meio devagar esse ano,  
1145 mas eu sei que a gente estava atoa. Mas eu quero só trazer isso. Nós temos que colocar o  
1146 trabalhador no lugar real dentro da assistência social. Era só isso Obrigada. **SIMONE:** Rosilene.  
1147 **ROSILENE:** Só para esclarecer aqui. Sandra, você não foi vencida não. A gente estava pensando  
1148 em uma estratégia para que consigamos realmente trabalhar o momento para fazermos outra  
1149 comissão. Então só pensar a estratégia. A outra coisa a Isabela já respondeu, que seria pensar um  
1150 diagnóstico do perfil do trabalhador, seja privado ou público. E Lúcia, essa questão na verdade não  
1151 é do sistema de justiça. Em Minas Gerais o que tem hoje é um banco de peritos. Isso é a  
1152 precarização da situação do trabalho também. É R\$ 200 reais a perícia. E muitos trabalhadores do  
1153 SUAS também vão ser peritos. Eles estão no CRAS, eles estão no CREAS, fazendo perícia. Então  
1154 precisa realmente pensar nisso. O COGEMAS também tem que pensar nisso pra gente discutir em  
1155 conjunto o quê que a gente pode fazer. Então, assim, faz um concurso e depois não chama. Eu  
1156 estou sabendo que no Paraná vai ter concurso no segundo semestre do ano que vem. A gente  
1157 precisa pensar nas estratégias mesmo. Obrigada. **SIMONE:** Conselheiro Volney, depois a  
1158 conselheira Silvana. **VOLNEY:** Eu vou ser bem objetivo. Isabela pautou também sobre a imigração?  
1159 Ou só a migração? Eu não ouvi o público imigrante. Eu acho que é interessante. A gente está tendo  
1160 um fluxo migratório muito grande, né? Eu acho que é interessante pensar. **SIMONE:** Obrigada.  
1161 Conselheira Silvana. **SILVANA:** Eu acho que quando a gente vai pensar no plano decenal, a gente  
1162 tem que pensar em algumas coisas. Eu tenho três coisas que eu acho que são importantes a gente  
1163 refletir. A primeira é que dez anos é um prazo grande. O quê que a gente vai fazer para tentar  
1164 inclusive amarrar algumas coisas quando a gente pensa que as políticas estão aí sendo definidas  
1165 por 20 anos? O quê que esse plano decenal pode ajudar a gente a garantir dentro dessa  
1166 perspectiva? Ainda na perspectiva do prazo, pra gente garantir que as conferências ainda tenham  
1167 uma participação na deliberação das políticas sociais, como que nós vamos incluir as deliberações  
1168 que acontecem nas conferências há dois anos nesse prazo decenal? É outra questão que eu acho  
1169 que a gente tem que pensar nela. Nós vamos mudar o objetivo da conferência? Nós vamos garantir  
1170 um adendo nesse prazo a cada dois anos? Nós vamos monitorar? Essa é a terceira questão. Um  
1171 plano de dez anos ele tem que ser monitorado no mínimo em cinco anos. Muita coisa pode  
1172 acontecer. Inclusive as políticas mudarem o rumo. A gente tem que garantir nesse plano um prazo  
1173 de avaliação e de monitoramento, que seja de quatro em quatro, de cinco em cinco anos, para que  
1174 a gente possa inclusive mudar os rumos das políticas, se necessário for. Agora, como que nós vamos  
1175 conseguir garantir a participação na construção desse plano? Nós temos um Estado enorme. O  
1176 diagnóstico apontou a questão territorial. Como que nós vamos ouvir esses territórios? Até falando  
1177 um pouco da educação. A educação correu com esse plano nas 47 unidades de ensino para discutir  
1178 o plano, sabe? Um tempo antes a gente correu com esse plano nas 47 regionais para ouvir as  
1179 contribuições dessas regionais. Eu acho que isso é importante também ser feito. Eu queria destacar  
1180 aqui que, na aprovação, a gente encontrou grandes grupos organizados para derrubar o plano. Isso  
1181 depois foi amplamente discutido. Eles queriam barrar a discussão de toda a forma. Os professores  
1182 foram agredidos verbalmente. Foi muito difícil a aprovação com esses grupos que foram  
1183 organizados para aprovar o que eles queriam. Graças a Deus foram derrotados! Porque senão teria  
1184 um retrocesso no plano de dez anos. Não são dois anos, são dez anos. Então quando a gente for  
1185 pensar nesse plano decenal a gente tem que pensar nessas questões todas, em como garantir uma  
1186 participação mais ampliada e em um plano menor que não durem dez anos. Essa aí já é uma  
1187 questão. **SIMONE:** Muito obrigada conselheira Silvana. Eu vou para a Marta pra gente finalizar essa  
1188 discussão que abriu a partir de hoje, né? **MARTA SILVA:** É. Abre a discussão mesmo, né? Que  
1189 bom que a gente trouxe esse trabalho aqui para o Conselho. É muito importante ouvir todas essas  
1190 considerações e ponderações colocadas, elas vão ser consideradas pela a equipe que está  
1191 envolvida na construção do plano. Eu acho que é isso. Eu queria agradecer a oportunidade da  
1192 gente está apresentando esse trabalho que esse grupo está fazendo aqui. A gente está tentando  
1193 compilar muito as contribuições. E mais essas vão ser consideradas, tá? Obrigada. **SIMONE:** Eu  
1194 peço uma salva de palmas para a conselheira Marta e para a conselheira Isabela. **APLAUSOS.**  
1195 **SIMONE:** Muito obrigada. Eu vou passar agora também pra Marta. Ela vai fazer o relato da  
1196 comissão de política e financiamento. Nós vamos ter o relato da comissão de financiamento e da  
1197 comissão de normas. O relato da comissão de acompanhamento de Conselhos nós vamos deixar

1198 para o próximo pleno. A gente combinou isso pra poder acelerar aqui para gente ir para a nossa  
1199 festa de confraternização. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** É reunião conjunta a de política com  
1200 orçamento. **MARTA SILVA:** O único ponto específico da comissão de política ontem foi a visita do  
1201 presidente do CONEAD a este Conselho. A gente tratou a questão do relatório da visita das  
1202 comunidades terapêuticas do programa Aliança Pela Vida. O presidente fez um relato de um  
1203 histórico da política em Minas Gerais. Ele fez algumas considerações com relação a relação da  
1204 gestão e do controle sobre essa política que envolve diferentes pastas e que envolve diferentes  
1205 políticas. Eu não vou me debruçar sobre isso porque foi um longo relato, um longo debate. Está  
1206 registrado aqui neste Conselho. A gente agradece muito o presidente e as informações que ele  
1207 trouxe pra gente. Como encaminhamento do próprio Conselho, não do CEAS, que o presidente  
1208 propôs, foi do CONEAD convidar a SEDESE e a coordenação de saúde mental para debater melhor  
1209 a temática da visita com as comunidades terapêuticas do acompanhamento sobre o cartão Aliança  
1210 Pela Vida em janeiro, porque uma nova gestora assumiu a secretaria. A proposta foi de a gente  
1211 retomar esse debate em janeiro com mais informações. Bom, é isso. Com relação à pauta comum  
1212 entre a comissão de política e a comissão de orçamento e financiamento, que era sobre o programa  
1213 1º Infância no SUAS. O que foi tirado do debate de ontem é que, as duas comissões encaminham  
1214 para essa plenária de a gente retirar da pauta o debate, e prorrogar o debate também para janeiro.  
1215 Vários conselheiros estavam aqui ontem, acompanhando inclusive a reunião das duas comissões.  
1216 A gente ampliaria e aprofundaria todas as questões levantadas em relação a esse ponto, pra depois  
1217 a gente poder trazer para o pleno um indicativo de um posicionamento para essa plenária poder  
1218 debruçar e definir sobre o programa 1ª Infância. É esse o relato. **SIMONE:** Em discussão. **MAGDA:**  
1219 Eu só queria comentar a respeito o debate ontem sobre a vinda do Dr. Aloísio. Foi pautada uma  
1220 reunião para janeiro até para esclarecer muitas coisas que foram ditas ontem aqui para o Conselho  
1221 e que foram totalmente equivocadas com relação às vistorias da comunidade terapêutica. A gente  
1222 já pautou várias reuniões e não tivemos sucesso. Esse não é o único ponto de atenção que atende  
1223 a saúde mental. Inclusive há certo estranhamento em fazer essa consideração para esse segmento.  
1224 Então foi pautado para janeiro se conversar sobre isso. Tem um comentário em que a saúde mental  
1225 fechou o número de vagas para as comunidades terapêuticas. Então, eu só queria esclarecer para  
1226 os conselheiros que isso não aconteceu. Toda a comunidade que é credenciada pelo cartão Aliança  
1227 ela já tem a vistoria, ela não pode ser credenciada sem a vistoria do cartão Aliança. Foi comentado  
1228 o número de vagas, que são cerca de 800. Foi falado cerca de 300, na verdade. E que a gente está  
1229 fechando as comunidades terapêuticas, o que também não é verdade. Nós não fechamos. A gente  
1230 cancelou o recurso do cartão Aliança somente para aquelas que não estavam de acordo com os  
1231 critérios estabelecidos. Foram coisas muito feias que a gente viu. A gente viu o trabalho escravo  
1232 ser chamado de laborterapia, pessoas com sangue na mão, pessoas com um chuveiro quente para  
1233 tantas pessoas, pessoas com alimentação estragada... Então, essas que não tiverem jeito mesmo,  
1234 foram descredenciadas. As comunidades não foram fechadas. Então, eu acho que vai ser bacana.  
1235 A coordenação da saúde mental vai conversar com a SEDESE e com o Conselho para que essas  
1236 coisas sejam esclarecidas. Eu só quis fazer esse destaque porque foi falado ontem aqui dentro do  
1237 Conselho coisas que não estão batendo com o que a coordenação está trabalhando. Então, é por  
1238 isso que eu pedi esse destaque aqui. **SIMONE:** Obrigada, conselheira. Mais alguém? Eu só vou  
1239 chamar a atenção aqui de um ponto colocado, que é a proposta da comissão de política e orçamento.  
1240 A gente precisa deliberar isso aqui, que é a reunião extraordinária para o dia 20 de janeiro com um  
1241 único tema. Seria a reunião da comissão de política pela manhã e o pleno do Conselho na parte da  
1242 tarde, pra gente discutir a adesão ou não pelo governo do Estado ao programa 1ª Infância no SUAS.  
1243 Por favor, de novo vamos votar com o crachá. VOZ AO FUNDO. **GEISIANE:** Só quero reforçar que  
1244 a reunião da comissão vai ser conjunta: comissão de orçamento e comissão de política, na parte  
1245 da manhã. É porque ela falou só da comissão de política. **SIMONE:** Comissão de política e  
1246 orçamento pela manhã. E o pleno do Conselho à tarde. Então, por favor. Os conselheiros que  
1247 concordam com essa proposta, por favor, levantam o crachá. Pode abaixar. Contrários.  
1248 Abstenções. Agora eu quero saber os conselheiros que não vão poder estar nessa reunião. Só o  
1249 conselheiro Wilson. Está bom, muito obrigada a todos. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não. Gente, já  
1250 são 12h36min. VOZ AO FUNDO. **ROSILENE:** Eu e a Érica conversamos com os demais. A gente  
1251 vai fazer uma nota de defesa ou contra. A gente vai fazer essa nota, tá? É só um posicionamento.  
1252 A gente também está discutindo se a gente faz uma reunião extraordinária no dia 20. É só isso.  
1253 Obrigada. **SIMONE:** Obrigada. Eu agradeço. Eu acho que é muito importante o debate que está  
1254 acontecendo. Conselheiro Isac. **ISAC:** Boa tarde. Eu queria lembrar também que na comissão de

1255 apoio a gente levantou essa necessidade. Também era uma das nossas propostas da comissão a  
1256 comissão extraordinária em janeiro sobre esse mesmo tema. **SIMONE:** Eu não entendi. **ISAC:** Na  
1257 comissão de apoio também a gente estava discutindo esse tema da 1ª Infância. Tínhamos uma  
1258 proposta também dessa reunião extraordinária em janeiro para podermos conversar mais sobre  
1259 isso. **SIMONE:** Conselheiro, olha só. A minha compreensão é que esse tema é a continuidade do  
1260 debate conjunto da comissão de orçamento com a comissão de política. Os outros conselheiros  
1261 participaram da discussão no pleno da tarde. **ISAC:** Ah, sim! VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Não. Tem  
1262 que falar no microfone. **SILVANA:** Eu não estava entendendo. A comissão de apoio não tem  
1263 reunião no mês de janeiro? É isso? É só a plenária á tarde. **SIMONE:** Só a plenária á tarde. Ficou  
1264 claro? Ok gente? Então, eu vou passar para a comissão de normas. Conselheiro Rodrigo.  
1265 **RODRIGO DOS SANTOS:** É só um ponto de pauta. É sobre o MP de Ubá que provocou esse  
1266 Conselho sobre o arquivamento do processo relativo a UHE Barra de Braúna, concedendo um  
1267 prazo de 15 dias para este CEAS. O encaminhamento: essa resposta ao ofício 775/2016 do MP  
1268 dizendo que esse Conselho aprovou uma visita in loco. O conselheiro Volney e a técnica Rosalice  
1269 foram até a cidade para verificar se a reativação econômica está ok, no dia 23 a 25 de novembro.  
1270 Também dizer que foi constatado pela comissão, com apoio do conselheiro Volney e da técnica  
1271 Rosalice, que existe uma pendência ainda sobre os areeiros que não estão contemplados na  
1272 negociação, garantindo assim o seu direito. Houve também durante a visita por parte do CEAS a  
1273 verificação e manifestação dessas pendências lá in loco. E, por fim, além do ofício do MP, a  
1274 comissão de normas sugere consultar o empreendedor sobre a negociação dos areeiros para  
1275 garantia e busca dos seus direitos lá no município. A comissão de normas traz esse ponto para  
1276 deliberação. É isso. **SIMONE:** Em discussão esse ponto do conselheiro Rodrigo. Conselheiro Isac.  
1277 **ISAC:** Não, não. É sobre outra proposta. **SIMONE:** Então espera aí. Vamos com calma. Em  
1278 discussão o relato o conselheiro Rodrigo. Não havendo quem queira discutir, vamos votar. Os  
1279 conselheiros que concordam aí com... Me ajuda Rodrigo, por favor. **RODRIGO DOS SANTOS:** É  
1280 só encaminhamento. **SIMONE:** Lê para mim, Rodrigo. Eu não enxergo nada lá. VOZ AO FUNDO.  
1281 **RODRIGO DOS SANTOS:** Isso. É respondendo o MP. **CONSOLAÇÃO:** Vamos mandar um ofício  
1282 para o MP. E também, consultar o empreendedor para negociação dos areeiros, para buscar a  
1283 garantia de direitos desses trabalhadores. **SIMONE:** Os conselheiros que concordam com o  
1284 encaminhamento, por favor, levantem os crachás. Podem abaixar. Contrários. Abstenções.  
1285 Conselheiro Isac. **ISAC:** A comissão de apoio queria propor participar junto com as outras  
1286 comissões na discussão sobre o Criança Feliz no dia 20, se for possível. **SIMONE:** Os conselheiros  
1287 que concordam que a comissão de acompanhamento participe junto com a comissão de orçamento  
1288 e a comissão de política, por favor, levantem os crachás. Pode abaixar. Contrários. Abstenções.  
1289 Então, a comissão de apoio será convocada para participar junto. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Eu  
1290 estou doida pra chegar à festa! Vocês estão vendo, né? Vai virar um pleno do Conselho de manhã  
1291 e um pleno do Conselho de tarde. Eu acho melhor convocar o pleno do Conselho para de manhã e  
1292 para de tarde. VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** Os conselheiros que concordam que haja pleno do  
1293 Conselho pela parte da manhã e pela parte da tarde, por favor, levantem os crachás. VOZ AO  
1294 FUNDO. **SIMONE:** Gente, vamos convidar as três comissões. Está bom? Eu vou pedir aos  
1295 coordenadores das comissões que, quando houver essa compreensão, pra gente acordar antes de  
1296 trazer para o pleno, está bem? Mas não tem problema. É porque aí facilita A gente a organizar.  
1297 Porque senão fica todo mundo meio confuso, igual nós estamos aqui. A gente não sabe o que vota  
1298 e o que não vota. Nós vamos convocar a comissão de orçamento, política e apoio para a parte da  
1299 manhã. E o pleno será na parte da tarde. Está bom gente? VOZ AO FUNDO. **SIMONE:** De tarde  
1300 será às 13h. O último encaminhamento nosso aqui é a gente tirar um representante do Conselho  
1301 para a revisão do plano estadual da... **CONSOLAÇÃO:** Plano estadual de promoção, proteção e  
1302 defesa dos direitos da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária. **SIMONE:** Tem  
1303 algum conselheiro que se habilita? Conselheira Geisiane. Todos concordam? Então, feliz natal pra  
1304 todos! Feliz ano novo! Vamos pra festa! APLAUSOS. FIM.

NOME	ENTIDADE/ORGÃO	ASSINATURA
Arlete Alves de Almeida	Movimento do Graal no Brasil	
Cristiane Isabel Felipe	IMSNS	
Daniel Reis Aprígio	SSUP	

Dayana Cristina Lourenço de Assis	CMAS/Juiz de Fora		
Érica Andrade Rocha	CRP/MG		
Fabília Ferraz Mateus Lopes	SEAPA		
Geisiane Lima Soares	Cáritas Brasileira		
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS/Pedro Leopoldo		
Isabela de Vasconcelos Teixeira	SEDESE		
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS		
Josiany Vieira de Souza	ACONEQUISTAC		
Lúcia Helena Santos Junqueira Rodrigues	COGEMAS		
Luiz George Marcelino de Trindade	CMAS/Lagoa Santa		
Magda Lúcia Diniz e Silva Rocha	Sec. Est. Saúde		
Maíra da Cunha Pinto Colares	SEDESE		
Maria da Páscoa Andrade	COGEMAS		
Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas	CMAS/Leopoldina		
Maria Juanita Godinho Pimenta	Fed. das APAE's		
Marta Maria Castro Vieira da Silva	SEDESE		
Rodrigo dos Santos França	ASSPROM		
Rodrigo Silveira e Souza	CMAS/Nova Lima		
Roseane Cristina dos Santos	FENEIS		
Rosilene Aparecida Tavares	CRESS		
Silvana Célia de Campos	SEE		
Simone Aparecida Albuquerque	SEDESE		
Soyla Rachel dos Santos Pereira	CMAS/Paracatu		
Volney Lopes de Araújo Costa	PSIND		
William de Souza Franco	Associação Quilombola Marques		

1305